



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 17/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2020/06/26

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pelo Secretário Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído pela tesoureira Sílvia Isabel Gonçalves Costa.
- Paula Cristina Vieira Aldeia, eleito pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído por Ana Cristina Serro Barreiros.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.



Assembleia Municipal de Caminha

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro 2020;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2019;
- d) – Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias, com a Exceção da Freguesia de Âncora, e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados;
- e) – Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica para o Município de Caminha no Âmbito do Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da CIM;
- f) – Alteração à Postura de Trânsito na Rua João Alves da Devesa em Vila Praia de Âncora;
- g) – Alteração à Postura de Trânsito de Paragem e Estacionamento em Caminha e Vilarelho; Moledo e Cristelo e Vila Praia de Âncora;
- h) – Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte S.A.;
- i) – Balanço da Atividade dos Primeiros Seis Meses do Funcionamento “Águas do Alto Minho”.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.



Assembleia Municipal de Caminha

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa uma Moção, apresentada pelo representante da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “Salvar as Micro Pequenas e Médias Empresas (MPME): primeiro passo para retoma económica de que o Concelho de Caminha precisa”, e um Voto de Pesar, apresentada pelo representante do Partido Social Democrata.

De seguida o **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e todos os munícipes que nos seguem de casa, e de seguida leu a seguinte Moção:

“Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o Mundo, veio expor ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português.

Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes.

O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócios-gerentes que



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada.

Os recursos que o País tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também, dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja atividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o País.

O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de Lay-off simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas das quais tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos, foram apoiadas, ao passo que, no caso das microempresas, apenas 7,4% obteve acesso, e, no caso das sociedades empresariais, apenas 25% das microempresas destas sociedades acederem a este apoio do Governo. E neste cenário 850 milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex-BES), dinheiro que tanta falta fazia ao País.

É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação, ocupados em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos artesãos às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar.

Para a CDU exigem-se respostas, visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para



Assembleia Municipal de Caminha

amortização dos valores em dívida, a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis, entre outras medidas. Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários. Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar.

Assim, a assembleia municipal de Caminha, reunida a 26 de junho de 2020, delibera exigir do Governo que se adotem medidas que visem:

1. o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Lay-off simplificado, programa ADAPTAR, etc);
2. a consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes;
3. a atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81;
4. suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC;
5. a concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada.
6. a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis
7. o apoio ao arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelo MPME a quebra da atividade que foi verificada.
8. a criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.

A presente deliberação deverá ser enviada para os membros do Governo e para todos os grupos parlamentares representados na Assembleia da República.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social, e todos os munícipes que nos seguem de casa, e disse sobre esta moção apresentada pela CDU, tem ali alguns apontamentos que gostava de deixar;

- o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Lay-off simplificado, programa ADAPTAR, etc.); está de acordo com aquilo que o PSD defende.

- a consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; está de acordo com aquilo que o PSD defende.

- a atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81; está de acordo com aquilo que o PSD defende.

- suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC; de notar que a proposta do PSD é de remeter o pagamento por conta em IRC para o final do ano

- a concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada. A proposta do PSD é de limitar a 1.5% dos juros dos créditos.

- a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis; esta não lhe parece que seja uma medida sustentável do ponto de vista económico e ambiental, e na sua opinião neste período de excecionalidade pandémica deveria haver uma redução na faturação da eletricidade e por vários motivos, porque as famílias estão a passar por graves dificuldades, e uma vez que as famílias estiveram confinadas em casa o consumo de eletricidade foi maior, numa altura



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

em que só recebiam 66% do seu vencimento, e esta redução deveria ser transversal a toda a sociedade portuguesa.

- o apoio ao arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelo MPME a quebra da atividade que foi verificada. Na sua opinião não deverá ser descorada a situação dos senhorios, porque deverá ser encontrada uma solução que passe pela partilha de sacrifícios entre as micro e médias empresas e senhorios uma possibilidade de ambos receberem apoios do estado, caso venham a ser propostos pelo governo

- a criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio; está de acordo com aquilo que o PSD defende.

Por fim disse o Senhor Deputado que se estivesse totalmente de acordo com os preâmbulos que ali são propostos nesta moção pela CDU, votaria favoravelmente, como existem ali dois a três pontos que não estão totalmente de acordo vai-se abster nesta votação.

A **Senhora Deputada Mariana Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e de seguida deu início à sua intervenção;

A pandemia que vivemos trouxe aos entes públicos a necessidade de responder, em tempo record, a uma realidade preocupante e dilacerante para todos os portugueses, para os nossos trabalhadores e para as nossas empresas.

Em todo o momento, a resposta foi construída com o objetivo de não deixar ninguém desprotegido e por isso, entre as respostas nacionais e municipais, continuam a ser desenvolvidos todos os esforços para a manutenção da estabilidade possível.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

O nosso tecido empresarial sofreu um rude golpe, num momento de crescimento que atravessávamos. E infelizmente, o cenário dos próximos meses continua a ser muito preocupante.

Concordamos por isso com a CDU quando alerta para a importância de definirmos respostas para este setor e essa resposta tem sido dada.

A CDU apresenta-nos aqui 8 propostas para as MPME que, em grande parte, estão em discussão, a nível nacional, no Orçamento Suplementar. Mas a par com estas propostas, estão muitas outras medidas que o Partido Socialista também apresentou.

Por isso, diria que convergimos no propósito... mas divergimos na extensão da solução, que tem necessariamente de ser compatibilizada com a sustentabilidade da resposta.

Permita-me também discordar dessa sua visão de “subversão do PS às grandes empresas” dando-lhe um exemplo disso mesmo: só no lay-off, o número de pequenas empresas a aderir foi substancialmente superior ao número de grandes empresas.

Permita-me também fazer uma justa referencia ao papel das autarquias na ajuda ao tecido empresarial, dando como exemplo o que se fez aqui em Caminha, nomeadamente com a isenção de rendas nos estabelecimentos comerciais inseridos em fogos municipais.

A bancada do Partido Socialista considera fulcral o apoio às empresas e partilha da priorização das MPME... e por isso foram definidas muitas medidas que permitiram até hoje debelar os efeitos devastadores desta crise

Falo de medidas de apoio ao emprego, mas também de apoio à liquidez das empresas, como são:

- A continuidade do regime de apoio ao emprego, mas com uma progressiva aproximação à remuneração do trabalhador
- O reforço das linhas de crédito com garantia pública
- A possibilidade de Financiamento de PME no mercado de capitais
- A manutenção de moratórias bancárias



Assembleia Municipal de Caminha

- A promoção de medidas fiscais que permitem dar maior liquidez às empresas em matéria de tributações autónomas, prazo de reporte de prejuízos fiscais ou de Pagamentos por Conta
- A manutenção do regime de mora no pagamento da renda de contratos de arrendamento não habitacional
- O apoio aos sócios gerentes

Sr. Deputado Celestino Ribeiro, foram muitas as respostas e são muitas as respostas que ainda estão em construção.

Mas a resposta à pandemia não pode ser cega à realidade económica destas empresas e por isso a atribuição de apoios deve ser balizada pelas efetivas dificuldades destas empresas, refletindo a quebra de rendimentos das mesmas e definindo propostas justas e equilibradas.

Esse é o motivo pelo qual não acompanhamos a presente moção “

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a moção a qual foi rejeitada com 17 votos contra, 14 abstenções e 2 votos a favor.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, apresentou um voto de louvor;

“A comunidade do Concelho de Caminha, à semelhança de toda a população mundial, tem estado sujeita à Pandemia provocada por uma nova doença designada de COVID19, causada pelo vírus SARS-COV2, mais conhecido como coronavírus.

A bancada do PSD pretende manifestar seu apreço e admiração pela resposta dada pela população do Concelho de Caminha nas medidas preventivas assumidas mesmo antes de serem tomadas medidas oficiais por parte das entidades públicas. A população do Concelho de Caminha mostrou o seu espírito de iniciativa, a sua garra, resistência e a sua enorme capacidade de mobilização solidária.

Mesmo antes de surgirem os primeiros casos em Portugal e face à tragédia que avançou sobre as populações de Itália e Espanha, muitos foram os



Handwritten initials in blue ink, possibly 'A.F.' and a signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

profissionais que se prepararam para enfrentar uma realidade que se previa penosa para todos nós.

A partir do momento que o coronavírus entrou em Portugal, muitos profissionais estiveram na primeira linha desta pandemia, procurando minimizar o impacto sobre as populações, principalmente no que diz respeito à prevenção do contágio. No Concelho de Caminha a realidade também foi esta.

Assim sendo, a bancada do PSD apresenta este voto de louvor no sentido de agradecer aos profissionais de saúde, às forças de proteção civil e segurança, aos bombeiros voluntários, às instituições de solidariedade social, ao agrupamento de escolas, às juntas e uniões de freguesias, aos funcionários municipais e a todos os voluntários, o empenho e generosidade na defesa da vida durante todos os dias de luta contra esta pandemia.

Face ao exposto, os deputados do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Caminha propõem a aprovação deste voto de louvor em Reunião da Assembleia Municipal e que o mesmo seja enviado a todas entidades municipais aqui mencionadas.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que a CDU já manifestou no passado imensas reservas no que respeita a votos de louvor. Sobretudo porque quanto se lembra alguém, corre-se sempre o risco de esquecer outros tantos, e este é o grande problema. Mais disse que vivemos numa democracia representativa na Assembleia, sendo dever de todos não esquecer ninguém. E este voto de louvor, disse, peca em primeira instância por esse princípio.

Acrescento que esta é uma matéria sobre a qual a CDU se quer debruçar um pouco no período antes da ordem do dia, por isso procurará cingir-se neste voto de louvor àquilo que de concreto está na apresentação feita pelo Partido Social Democrata. A CDU entende que o texto em si manifesta desde logo uma incongruência muito grande, porque inicia num preâmbulo que é dirigido à população do Concelho de Caminha, antevendo que será de facto um voto de



Assembleia Municipal de Caminha

louvor à população de Caminha, mas, na verdade, a população do Concelho de Caminha não é o objeto deste mesmo voto de louvor, uma vez que este voto de louvor acaba por ser dirigido “aos profissionais de saúde, às forças de proteção civil e segurança, aos bombeiros voluntários, às instituições de solidariedade social, ao agrupamento de escolas, às juntas e uniões de freguesias, aos funcionários municipais e a todos os voluntários”, citou. Ou seja, algumas entidades que até aparecem em segundo plano no preâmbulo. É que este voto de louvor cita inclusivamente que o Concelho de Caminha teve uma população que se antecipou às medidas das entidades oficiais, parecendo que as entidades oficiais não estavam atentas e a população despertou primeiro, mas quem passa de imediato a segundo plano é a população, visando apenas estas entidades. Não que o não mereçam este voto de louvor, julgando a CDU que o merecem seguramente. No entanto, volta-se ao mesmo, ou seja, o risco de se esquecer todos os outros, é sempre muito grande.

A CDU refere ainda que este voto de louvor, em seu entendimento, não quereria fazer esta distinção, logo, pensam que uma outra redação, louvando, por exemplo, toda a população do Concelho de Caminha e todos os que nele de alguma forma vivem ou trabalham, saudando-os pelo seu contributo no controlo da pandemia, seria mais do que suficiente. O que quer dizer, que a CDU não encontra no texto um motivo para contrariar a intenção, tendo em conta aquelas entidades que lá estão mencionadas, mas isso também não faz com que a CDU tenha que ser a favor de um voto de louvor que exclui uma grande margem da população do Concelho de Caminha. Acrescentou dizendo que existe algo que é fundamental, e que é o facto de todos terem que ter a consciência que estes votos de louvor são inóculos. O importante é, a partir da Assembleia e de todo o movimento político, pugnar por medidas em concreto que permitam de facto combater este tipo de situações e não apresentar votos de louvor à posteriori. E por isso é que é importante que o PSD e o PS se envolvam e promovam políticas que apoiem o trabalho e os trabalhadores a fazer face às situações do quotidiano e às situações extremas como estas que



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Assembleia Municipal de Caminha

todos estão a viver. É necessário por isso valorizar o salário dos trabalhadores, porque foram os trabalhadores que nesta situação que se está a atravessar asseguraram o movimento económico e social, a manutenção da vida de tanta gente, porque afinal foram muitos mais aqueles que, felizmente, não foram vítimas deste COVID do que aqueles que, infelizmente, o são. Logo, é necessário dotar de meios promovendo o investimento necessário no Serviço Nacional de Saúde, na Educação, na Assistência Social e nos Serviços de Proteção Civil, exatamente as mesmas entidades que hoje eram propostas serem louvadas por este voto de louvor do Partido Social Democrata. Disse ainda o Senhor Deputado que um voto de louvor é agradável, mas, não resolve efetivamente ficando apenas por aquilo que cai bem, não resolve o problema das famílias que perderam por exemplo os seus rendimentos e algumas mesmo ficaram sem trabalho ali no Concelho de Caminha. A aprovação deste voto de louvor poderia fazer com que essas famílias, que perderam o seu emprego e o seu rendimento e que tem sobrevivido, questionassem porque é que elas não merecem ser de louvadas. A resistência que elas têm mostrado, de sobreviverem, sabe-se lá em que condições, é ignorada ao não serem agora ali recordadas. Por isso, a CDU propõe que o PSD altere a redação deste texto para assim o poderem apoiar, e se assim o entenderem, a CDU proporia um voto de louvor nos seguintes termos e sem qualquer tipo de preâmbulo, " A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 26 de junho de 2020, aprovou um voto de louvor dirigido a toda a população pelo seu papel individual e coletivo independentemente da sua ação pessoal, social ou profissional, no controlo da pandemia COVID19". Se assim o entenderem, se mudarem o texto, a CDU votará favoravelmente. Se assim não o entenderem, a CDU não acompanhará este voto de louvor pelo grave prejuízo social de esquecer aqueles que também merecem ser lembrados. E estão certos que as entidades que ali são louvadas compreendem esta posição da CDU, até porque a CDU tem estado sempre ao lado dessas entidades, defendendo o Serviço Nacional de Saúde, os Sistemas Públicos de Proteção Social, a Escola



Assembleia Municipal de Caminha

Pública, as Forças de Proteção Civil e fá-lo diariamente e não com votos de louvor.

Disse.

A **Senhora Deputada Mariana Gonçalves**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“A minha primeira palavra não pode deixar de ser para todos os munícipes que, na pandemia que ainda vivemos, têm dado um exemplo de cidadania e de solidariedade sem precedentes.

Nunca, como agora, o esforço coletivo foi e é tão necessário para garantir o bem comum.

E por isso o PS obviamente que concorda com um voto de louvor que pretende enaltecer o papel sem precedentes que os nossos munícipes, os nossos trabalhadores que salvaguardaram sempre a existência de bens e serviços essenciais, de todos os entes públicos e privados que trabalharam incansavelmente para a nossa população

E também por isso é curioso que, no elencar de entidades a louvar, não conste um importante executor de políticas públicas como é o executivo camarário e que neste período soube conciliar medidas de âmbito nacional com medidas de âmbito local de apoio à nossa população e às nossas empresas.

Propunha por isso que, com toda a justiça, fosse aqui incluída também a resposta que a camara municipal deu, seja ao nível da habitação, seja de apoio ao nosso comércio, aos bombeiros, seja às respostas dos serviços de saúde.

Propunha ainda que, no legítimo exercício de identificar setores fulcrais que mantiveram a sua atividade e que permitiram respostas fulcrais para a nossa população, não deixassem ninguém de fora...é justo referir muitos profissionais que continuaram a prestar a sua atividade, nomeadamente todos os que garantiram o serviço de bombas de gasolina, de recolha de resíduos sólidos e urbanos (lixo) e muitos outros que cumpre louvar.

Finalizava, propondo uma redação concreta que aqui leio:



Assembleia Municipal de Caminha

“(... a bancada do PSD apresenta este voto de louvor no sentido de agradecer aos profissionais de saúde, às forças de proteção civil e segurança, aos bombeiros voluntários, aos trabalhadores das bombas de gasolina, das farmácias e da recolha de resíduos sólidos e urbanos, às instituições de solidariedade social, ao agrupamento de escolas, às juntas e uniões de freguesias, ao executivo camarário, aos funcionários municipais e a todos os profissionais e voluntários que garantiram bens e serviços essenciais ...”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que ao apresentar o voto de louvor, longe do PSD ir ali trazer fraturas a esta Assembleia Municipal, ainda por cima num voto importantíssimo na vida de todos e numa altura em que foi penalizadora para todos, não lhe repugna absolutamente em nada aceitar a proposta que a CDU apresenta em correção do texto e o Partido Socialista aprova, aquilo que interessa é deixar este voto de louvor a todos os Caminhenses, que desde o primeiro minuto fecharam-se em casa e conseguiu-se derrotar nesta primeira investida de uma maneira muito corajosa a pandemia no Concelho.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que aquilo que percebeu é que não é o voto de louvor da CDU mas sim o voto de louvor dos membros desta Assembleia Municipal. Mais disse que a própria Comissão Permanente tinha já um acordo que discussão prévia de votos de louvor. Não o fizeram antes mas fizeram-no coletivamente na Assembleia. E para que ficasse registado passou a ler:

“A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 26 de junho de 2020, aprovou um voto de louvor dirigido a toda a população pelo seu papel individual e coletivo independentemente da sua ação pessoal, social ou profissional no controlo da pandemia COVID19.”



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação o voto de louvor apresentado por todos os representantes da Assembleia Municipal, o qual foi aprovada por unanimidade.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse que esta, quando leu as substituições logo no início da reunião, não referiu a substituição do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, tendo a secretária a Mesa, Sónia Lajoso, interrompido para acusar a CDU de não entrega do respetivo pedido de substituição. Ora, disse o eleito municipal da CDU, que foi entregue em mão, precisamente à senhora secretária da Mesa. Mais disse que a sua interpelação serve para a formalidade da reunião e até seria dispensável se tivesse sido ouvido previamente. Após ter o senhor Presidente assumido o lapso da Mesa, o eleito da CDU deu por encerrada a sua interpelação.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“O País e o Mundo atravessam um período único da sua vivência comunitária e o Concelho de Caminha não é exceção.

Para o Partido Socialista, a questão do COVID-19 é o assunto de maior interesse municipal presentemente.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas, permitam-me que faça aqui um pequeno avivar de memória em três principais passos:

- O pré pandemia
- A pandemia
- O desconfinamento

No que respeita à pré pandemia, o nosso Concelho vivia um período de prosperidade, com os números do desemprego em baixa, com valores históricos; o turismo como principal indústria, sendo o nosso Concelho um polo atrativo e dinamizador da região norte; a restauração e hotelaria atingiam números fantásticos de crescimento; o nosso Concelho era reconhecido pela cultura que proporcionava; as nossas pequenas e médias empresas aproveitavam as oportunidades para se desenvolverem e afirmarem.

Contudo, todos fomos apanhados de surpresa - e convenhamos, ninguém estava preparado para enfrentar esta pandemia – tendo os nossos presidentes de junta e a Câmara Municipal de acionar todos os meios possíveis ao seu alcance para minimizar os impactos pandémicos, contendo a expansão do vírus e criando respostas sociais eficazes.

Assim, foi neste contexto que a Câmara Municipal, e bem, criou a Rede Complementar de Apoio que levou mercearia e medicamentos a casa das pessoas que não queriam ou não podiam sair de casa, independentemente da sua condição económica; esta rede funcionou em articulação com as 14 Juntas de Freguesia e com mais de 30 mercearias e farmácias do Concelho.

Numa vertente semelhante reforçou-se também o Programa de Apoio Alimentar, numa parceria entre a Câmara Municipal e o Banco Alimentar.

Por indicação da Câmara Municipal a cantina da Escola Sidónio Pais funcionou durante toda a vigência do Estado de Emergência e Situação de Calamidade, levando refeições a casa dos alunos mais carenciados, a pessoas com dificuldades financeiras e às corporações dos Bombeiros Voluntários de Caminha e de Vila Praia de Âncora.



H
D
E

Assembleia Municipal de Caminha

Foram criadas diversas equipas de limpeza e higienização do espaço público, desinfetando, entre mais, áreas junto às farmácias, CTT, caixas multibanco, mini e supermercados, centros de saúde e edifícios públicos.

Distribui-se diverso material de proteção individual a todas as IPSS's do Concelho, aos bombeiros voluntários à GNR e instituições públicas com necessidades urgentes em obter esse equipamento – recordando que há data estes equipamentos eram quase que inacessíveis.

A Câmara Municipal adquiriu e disponibilizou testes à COVID às nossas IPSS's.

A Câmara Municipal aprovou sob proposta do Sr. Presidente várias medidas de apoio ao emprego, às empresas e às instituições no contexto da pandemia. São muitas as medidas mas realço a isenção de pagamento de renda habitacional nos fogos municipais, renda comercial nos 24 espaços do Município, isenção de pagamento de terrado das feiras ou de pagamento de ocupação de espaço público como o das esplanadas, pagamento da água das IPSS nestes meses duros, isenção da tarifa fixa de água, saneamento e resíduos nas pequenas empresas (incluindo comércio) do Concelho (quase mil) e a atribuição de subsídios extraordinários aos bombeiros e à Unidade Local de Saúde do Alto Minho.

Muito trabalho foi feito e desenvolvido nestes meses até à chegada do desconfinamento.

Este é o período em que vivemos e é um período a que temos de depositar a máxima atenção, concentrando todos os esforços.

Sabemos bem que as pessoas estavam cansadas de estar em casa, isoladas, e que agora, lentamente, podem sair à rua e fazer uma vida de aparente normalidade.

Mas, a batalha à COVID-19 não está ganha e avizinha-se um período de difícil gestão, principalmente para os nossos autarcas.

Este não será o momento de grandes euforias, desleixe e esquecimento de tudo o que vivemos.



Assembleia Municipal de Caminha

Todos somos chamados a agir e a ser agentes de saúde pública.

Apelamos aqui, para que todas as nossas crianças e jovens, adultos e idosos cumpram escrupulosamente com as orientações da DGS e do Governo. Não podemos estragar o que até agora conquistamos.

Bem sabemos que o calor, as férias, as noites de Verão são apetecíveis e meio caminho andado para as festas, para os convívios, para os jantares, mas vivemos tempos de exceção. Temos de aprender a conviver com esta excecionalidade.

Parabenizo toda a população do Concelho de Caminha pelo elevado sentido de responsabilidade que tem demonstrado ao longo desta pandemia.

Sr. Presidente Miguel Alves,

Parabenizo o executivo pela forma como tem lidado com toda esta a situação, dando as melhores respostas à nossa comunidade. Estamos-lhe gratos por tudo o que tem feito pelo nosso Concelho. Pela forte promoção da nossa terra e pelo fomento do comércio local.

Aproveito, contudo, a oportunidade para lhe perguntar que expectativas tem para este verão no nosso Concelho e que medidas estão previstas para minimizar os eventuais abusos e excessos naturais desta estação do ano?

Disse.”

O Senhor Deputado Carlos Videira, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“No dia 23 de fevereiro de 2018, na minha primeira intervenção na Assembleia Municipal de Caminha, disse o seguinte:

“Ultrapassada a grave crise social, económica e financeira que o país atravessou durante o período de assistência externa, Portugal tem beneficiado



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. Fernandes'.

Assembleia Municipal de Caminha

de uma conjuntura favorável, assente, entre outros fatores, na expansão do turismo.

Tenho as maiores dúvidas sobre a sustentabilidade exclusiva desta aposta, que tem sido seguida sobretudo nas duas maiores cidades do país, e que coloca uma dependência excessiva numa indústria cujos fatores de atratividade e desenvolvimento não dependem apenas de nós próprios.

Em Concelhos mais pequenos e periféricos, como é o caso do município de Caminha, essa aposta é ainda mais arriscada: acentua a sazonalidade, colocando uma pressão excessiva sobre os recursos disponíveis, promove uma economia caracterizada pela criação de emprego pouco qualificado e com forte rotatividade, onde o valor do salário médio líquido não acompanha o ritmo e a tendência de crescimento.

É nesse sentido, que nesta primeira intervenção na Assembleia Municipal de Caminha, gostaria de focar a necessidade cada vez mais urgente da criação de uma estratégia de criação de emprego qualificado e de captação de investimento externo, que contribua para o desenvolvimento de uma economia mais diversificada e para a fixação de população jovem.

Na mesma sessão, o deputado do Partido Socialista, Filipe Fernandes, expressou uma convicção diferente, socorrendo-se de vários dados que davam conta do crescimento do setor. À pergunta "é o turismo o responsável pelo nosso progresso?" a resposta era, sem dúvida nenhuma, afirmativa, reconhecendo que as grandes empresas não estão no nosso Concelho e que esse não era necessariamente um problema, visto que as pequenas e médias empresas sobrevivem melhor a qualquer crise económica, sem riscos de deslocalização.

O raciocínio é correto, mas não é transversal a todos os setores. Quando a saúde pública obriga ao confinamento, as pequenas e médias empresas que atuam nos ramos da hotelaria ou da restauração são as mais atingidas, precipitando-se, conseqüentemente, não apenas uma crise económica, pela



Assembleia Municipal de Caminha

quebra na procura, mas também uma crise social, pelas consequentes perdas de rendimento.

Antes da chegada da pandemia, o Concelho apresentava 304 inscritos no Centro de Emprego. Dois meses depois, as cifras subiram para 429. No último Relatório Mensal do Instituto de Emprego e Formação Profissional, datado de maio, Caminha conta com 478 inscritos, um aumento de 57% face ao mês de fevereiro.

Por isso, mais do que nunca, este é o momento para desenvolver uma estratégia de diversificação da nossa economia local, através do reforço das políticas de acolhimento empresarial e industrial, da promoção da requalificação profissional dos trabalhadores, do estabelecimento de ligações às instituições de ensino superior e do estímulo e apoio ao empreendedorismo. É fundamental a construção de novas áreas de acolhimento empresarial, nomeadamente em zonas do interior do Concelho, acompanhada por políticas de discriminação positiva do ponto de vista fiscal e desburocratização de processos no âmbito do licenciamento que contribuam para a fixação de empresas de base tecnológica e para a atração de população jovem qualificada.

É urgente a criação de programas de formação profissional porque o emprego está a mudar e a transformação vai ser mais rápida do que se pensava. Estamos perante um ponto de inflexão e, por isso, é necessário adaptar a oferta formativa às necessidades das empresas em expansão ou instalação no município, valorizando o capital humano como fator de criação de riqueza e de valor.

E porque os recursos naturais não são apenas ativos turísticos, é necessário o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior que contribuam para a sua valorização e preservação e para o desenvolvimento de novos métodos de produção de energias limpas.

Por fim, é necessário dar um novo enfoque à criação de uma cultura empreendedora, concretizando-a na definição de espaços para incubação, com



Assembleia Municipal de Caminha

vista à implementação de novos projetos. E, por isso, o Executivo Municipal deveria, em articulação com os investidores, desenvolver um plano para a reativação do TecCaminha ou procurar novos parceiros para o desenvolvimento de um projeto similar naquele ou noutra espaço físico do Concelho.

Acredito também que este é o momento para que o Conselho Económico e Social seja definitivamente constituído e assuma um papel central na definição das políticas económicas e sociais do Município de Caminha.

E se tal não for possível até ao final do mandato, constitua-se um Gabinete de Crise, como fizeram vários Municípios, com a participação de empresários e personalidades independentes, que através de múltiplos olhares, proponha as bases do relançamento da economia local no nosso Concelho. Um Gabinete de Crise com a competência de avaliar, reavaliar, passo a passo, a situação da pandemia nas suas múltiplas dimensões económicas, sociais e sanitárias. Um Gabinete de Crise que acompanhe todas as medidas do Governo, da Assembleia da República e da União Europeia, propondo ajustamentos e novas medidas, criando sinergias locais que facilitem a captação desses apoios para, em conjunto, resistirmos ao presente e prepararmos o futuro. Um Gabinete de Crise que proponha medidas locais adicionais, nos casos onde não haja resposta central ou esta seja manifestamente insuficiente. Um Gabinete de Crise que possa, inclusive, ser alargado aos nossos Concelhos vizinhos. Porque tal como referiu o Papa Francisco no auge desta pandemia, "ninguém se salva sozinho!".

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;



Assembleia Municipal de Caminha

"Inicio esta minha intervenção com um assunto que me preocupa bastante: a época balnear de 2020.

Foi tornado público, no dia 4 de junho, o despacho do Ministério da Defesa e do Ambiente, sobre as novas regras para os utentes e concessionários das praias do nosso País. Regras que vêm trazer responsabilidades acrescidas aos proprietários das concessões, regras que não proíbem a entrada no areal mesmo que a bandeira ou os semáforos estejam vermelhos indicando a lotação máxima, regras que estão desajustadas à realidade da nossa praia. A praia das crianças, como é conhecida, tem duas concessões atribuídas, mas essas concessões não abrangem a totalidade do areal, ficando três zonas de praia sem concessão, uma do lado norte junto ao molhe do Porto de Recreio, outra entre o Redondo e a ponte pedonal, sendo que esta ficou provisoriamente sem concessão porque o bar de apoio de praia mudou de local, estando agora também do lado norte do Redondo, e a praia a sul do Rio Âncora.

Todas estas zonas que estão fora das concessões são muito procuradas pelos banhistas, chegando a estar completamente lotadas.

Quero, com esta minha intervenção, deixar um alerta às autoridades competentes, neste caso à Câmara Municipal de Caminha, no sentido de haver uma maior preocupação a nível de vigilância nestas áreas. Nas zonas concessionadas, a responsabilidade pelo cumprimento das medidas tomadas no âmbito da Pandemia do COVID — 19 cabe aos responsáveis dos apoios de praia fazer com que os utentes as cumpram e se houver incumprimento devem chamar a polícia marítima, nas zonas não concessionadas essa responsabilidade vai morrer solteira, porque ninguém a quer e poderá ser um problema se as pessoas não cumprirem as regras estabelecidas. Outra preocupação desta Junta de Freguesia e de muitos Ancorenses, refere-se à praia a sul do rio Âncora. Esta zona que, como já referi, também não é concessionada, é muito perigosa para banhos e, este ano, tudo aponta para que a afluência de pessoas seja maior do que nos anos anteriores, como será



Assembleia Municipal de Caminha

assegurada a segurança dos banhistas, principalmente dos mais vulneráveis que são as crianças, se não está previsto, pelas autoridades responsáveis, a colocação de nadadores salvadores permanentes nesta praia?

Neste contexto, deixo o apelo ao Sr. Presidente da Câmara, para que tenha em consideração este problema, que como diz o velho ditado "a prevenção é o melhor remédio", neste caso, a melhor solução para evitar acidentes. Muitas vezes, evita-se gastar algumas centenas de euros na prevenção de acidentes fatais e depois gastam-se centenas de milhares de euros na deslocação de meios, como por exemplo, aviões, helicópteros e fragatas, para patrulharem o mar vários dias à procura de vítimas que poderiam ter sido salvas se houvesse meios de prevenção no local.

Trago, também, para esta Assembleia, um assunto que muito tem sido - - discutido, nas Assembleias de Freguesia, nas Assembleias Municipais e nos meios da Comunicação Social, a limpeza urbana e a manutenção dos espaços verdes em Vila Praia de Âncora. Hoje, nesta Assembleia, dou nota pública que o representante da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves, e eu, representante da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, reunimos por duas vezes para um entendimento sobre esta matéria, sendo o resultado dessas reuniões muito satisfatório.

A Câmara Municipal de Caminha já executou, com os seus funcionários, diversas limpezas na freguesia, tendo também contratado uma empresa para executar as restantes para que, assim, a limpeza fique concluída o mais rapidamente possível. Está também programada uma limpeza geral ao Monte Calvário. Com esta atitude por parte da Câmara Municipal de Caminha, não posso deixar de fazer um agradecimento público ao Sr. Presidente pela sua prontidão e pelo interesse que está a demonstrar na resolução deste importante assunto para a nossa Freguesia. Esperamos que as limpezas tenham continuidade e que sejam feitas durante o restante mandato.



Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar e também para conhecimento público, informo que, em breve, iremos, os dois Presidentes, reunir novamente para estabelecer um acordo sobre as novas competências, atribuídas às Juntas de Freguesia pelo Governo, salientando que o assunto referido vai estar em cima da mesa.

Muito Obrigado a todos.”

O **Senhor Deputado Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Estando em Vila Praia de Âncora é importante falar-vos de obras promovidas por este executivo, e porque não relembrar este mesmo espaço do cine Teatro do Bombeiros Voluntários que tem o cunho do Senhor Presidente da Câmara Miguel Alves, tantos anos fechado e abandonado e agora a cumprir os seus propósitos servindo a corporação de bombeiros, mas também toda a comunidade.

Nos últimos tempos temos assistido a um conjunto de obras de uma enorme importância para a nossa Vila, é exemplo disso a intervenção realizada na Sandia e Vista Alegre, uma zona que esteve completamente esquecida durante anos a fio, sem estruturas essenciais para o bem-estar da população, numa zona com um índice habitacional elevado abandonada por tanto tempo.

Mas também a importância do coletor de águas na Rua 5 de Outubro, medida que veio regularizar as águas que vinham da A28 e que tanto prejudicaram as pessoas durante anos.

Uma palavra também para a instalação da rede de gás natural e da fibra ótica, medidas que visam melhorar e otimizar a vida dos cidadãos, fazendo de Vila Praia de Âncora uma terra com futuro acompanhando a evolução dos tempos.



Assembleia Municipal de Caminha

Luta de tantos anos a "Passagem de Nível do Teatro", obra que está em execução e que tanta tinta fez correr ao longo dos anos, é uma realidade, está a acontecer!

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Permita-me em tempo de "Santos Populares" puxar a "brasa à minha sardinha", sabem bem a minha relação com o que vos vou dizer, e falar-vos de um sonho com 44 anos que se tornou realidade no passado dia 10 de Junho.

Depois de várias promessas em anteriores executivos, que nunca passaram disso mesmo, promessas, o Senhor Presidente Miguel Alves deu a sua palavra e soube-a honrar. Falo-vos da Sede do Etnográfico de Vila Praia de Âncora.

Na minha qualidade de elemento do grupo, mas também na qualidade de Presidente da Assembleia-geral do Etnográfico quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara todo o seu trabalho e da sua equipa para tornar este sonho realidade, este executivo ajudou a escrever a página mais dourada desta Associação Ancorense que perdurará para sempre na sua história.

O espaço agora inaugurado servirá para reinventar o próprio Etnográfico, dado as ideias que já existem para serem concretizadas, servirá para o Grupo poder trabalhar com outro oxigénio, com espaço e sobretudo num local próprio, o sonho desde o início dos seus fundadores e permitam-me destacar o saudoso José Augusto Brito Meira, um homem que "mexeu" no panorama cultural, desportivo, social e educacional no Concelho de Caminha e em particular em Vila Praia de Âncora e que infelizmente nos deixou muito cedo.

Esta nova Sede também é um muito bom motivo para uma homenagem ao Zé Meira.

Senhor Presidente da Câmara, bem-haja, portanto por isso!

Mas durante este ano de 2020 estou certo que a obra vai continuar, são exemplos disso a construção da nova escola para o ensino básico, bem como da nova Sede da Academia de Música Fernandes Fão, tudo em Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Para finalizar esta intervenção uma nota para a obra de requalificação dos passeios envolventes do mercado de Vila Praia de Âncora, uma obra realizada 100% pelos serviços da Câmara Municipal, bem como a nova organização da feira, seguindo todas as regras da DGS, onde foram retirados os tendeiros de grande parte da Rua de Gontinhães, uma aspiração dos moradores e comerciantes.

Termino com a importância do reforço da limpeza que está a acontecer nas valetas e espaços ajardinados na nossa freguesia.

Portanto desejo a este executivo força para continuar a lutar pelos interesses de Vila Praia de Âncora e para fazer o que ainda faz falta fazer.

Disse.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Não poderíamos iniciar esta nossa intervenção sem nos referirmos à situação porque passamos. O surto pandémico COVID-19 trouxe consigo uma alteração profunda no quotidiano, com reflexos na vida política do Concelho. A CDU reconhece o papel essencial de todos os autarcas, quer municipais, quer de freguesia, na condução política dos seus territórios, alargando-o às classes trabalhadoras e ao povo. Não deixamos, contudo, de nos afastar de reconhecimentos avulsos, como o que em Vila Praia de Âncora está hoje eternizado em placa premonitória da morte, em plena Praça da República. Na confusão da liberdade e das autonomias autárquicas locais, essa é uma placa, que como tantas, peca acima de tudo porque esquece, quando a intenção seria seguramente lembrar. Esquece que felizmente o Concelho se afasta, em mortos, dos números que arrasam outros territórios, parecendo realmente um prenúncio de morte, mais até porque a pandemia ainda aqui está. Mas esquece sobretudo aqueles que resistem e sobrevivem, ou foram alvo das mais vis ações com a desculpa do COVID-19, do que são exemplo despedimentos e encerramentos.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'D' and a signature that appears to be 'Z'.

Assembleia Municipal de Caminha

Também é certo, reconhecemos, que é difícil lembrar todos, sobretudo os trabalhadores mais discretos asseguraram e asseguram o abastecimento; aqueles que mesmo perante o medo e o perigo nunca deixaram, nem deixam, de manter a recolha de resíduos; aqueles que não abandonaram os outros, mantendo uma mais próxima atenção social, garantindo serviços e apoios vários, com destaque para a alimentação; aqueles que pela sua responsabilidade social cumpriram orientações, tão válidas como quem cumpriu as suas funções. A verdade é que, no nosso entender, por mais respeito que nos mereçam as decisões coletivas de freguesia, a Praça da República de Vila Praia de Âncora e a própria comemoração do 25 de abril tem sido, nos últimos anos, o mote da afirmação de uma gestão política muito para além do necessário à população. A placa, desfraldada a 25 de abril merecia invocar a data e o quanto a revolução dos cravos trouxe ao país e o dotaram tão capaz de combater esta pandemia, no que é exemplo o Serviço Nacional de Saúde. Mas essa não foi a opção.

E não querendo esquecer, fazendo da lembrança um exercício de informação para quem desconhece muita da realidade vivida aqui no nosso Concelho, partilhamos com todos o excelente exemplo da escola pública, numa articulação com o município de Caminha e as autarquias locais de freguesia. Desde de Março, até hoje, manteve em funcionamento a escola de acolhimento, recebendo diariamente alunos de diferentes níveis de ensino mesmo nos momentos mais difíceis da pandemia. Para além destes, garantiu a alimentação diária a membros da sua comunidade escolar, nos princípios regulamentados, e, à distância esteve, desde março em ensino e acompanhamento dos seus alunos, acompanhada por outras entidades formativas e educativas. Já desde dia 18 de maio, tem acolhido presencialmente os seus alunos de 11º e 12º anos e, neste mês de junho, as crianças do pré-escolar, tal como outras unidades particulares. Sem dúvida alguma que sem o cumprimento da sua missão, a comunidade teria dificuldades acrescidas, quer no confinamento, quer no desconfinamento.



Assembleia Municipal de Caminha

E importa sobretudo olhar o desconfinamento.

Talvez nenhum outro partido tenha sido mais atento que o PCP aos reais impactos na economia, no trabalho e nos trabalhadores, no quadro da intervenção da CDU. Mas nunca defendeu o PCP que os trabalhadores e a economia deveriam promover um desconfinamento sem regras, sem cuidados, sem proteção do trabalho e dos trabalhadores. O desconfinamento era necessário até para por cobro aos atropelos aos direitos e garantias dos trabalhadores, havendo ainda muito a explicar sobre esta matéria, sobretudo por aqueles que ganhando milhões e distribuindo lucros pelos administradores foram os primeiros a lançar verdadeiros saques ao erário público, mostrando não possuir recursos para aguentar o primeiro mês de crise. Esqueceram as pequenas e microempresas, deixando-as com sobras em migalhas de ajudas que em alguns casos ainda não chegaram. É compreensível a vontade de retoma, por isso é compreensível que a Câmara Municipal de Caminha também avançasse medidas de apoio, embora, em nosso entender, se tivesse recorrido ao Conselho Económico e Social do Concelho de Caminha, as medidas e o apoio poderiam ter outro alcance.

E a verdade é que, a título de exemplo, e porque esta é uma matéria já anterior ao COVID-19, uma medida com a qual nos identificamos é mal aplicada porque a Câmara Municipal insiste em não cumprir com o seu dever de acompanhamento e fiscalização e ignora por completo esta Assembleia que, na sua ação fiscalizadora do executivo, já solicitou esclarecimentos que ainda tardam. Falamos especificamente das esplanadas. Parece-nos correta a isenção e o alargamento das áreas de ocupação, mas no princípio claro e inequívoco de promover um maior afastamento entre clientes e não o de aumentar o número de lugares do estabelecimento e assim limitar a mobilidade em passeios e outras vias. Parece-nos mesmo que este seria o momento de tornar claro que as estruturas de delimitação de esplanadas deveriam ser suspensas até se regulamentar de vez esta matéria, porque o que hoje temos no Concelho, em muitas situações, são salas fechadas em zona pública com



Assembleia Municipal de Caminha

áreas superiores às próprias instalações de raiz. Insistimos que todos têm direito à utilização dos passeios, mas teima o executivo camarário em não ver como estes estão impedidos, obrigando os peões a se deslocarem nas vias de rodagem. Também subsistem dúvidas formais se um regulamento aprovado por esta assembleia pode deixar de vigorar sem que esta assembleia sobre isso se pronuncie.

Da mesma forma a medida de incentivo aos turistas que se alojem nas unidades hoteleiras do Concelho pode ter leitura desconexa, parecendo que só os visitantes são apoiados a rotinar a economia local, como se não fossem os locais, que diariamente foram contribuindo para a nossa economia, aqueles que podem, ao longo de todo o ano, dar vida e dinamismo comercial ao Concelho. O impacto de 15 euros não é seguramente significativo na escolha de um destino, mas o orçamento global da medida poderia ter outros impactos se canalizados para outras formas de apoio.

Por exemplo, sobre as situações de desemprego no Concelho, principalmente durante o estado de emergência, não se conhecem medidas significativas, de impacto pecuniário na vida das famílias. Por isso nos parece que urge mais e mais direcionado a que mais precisa. É certo que o município é parco em recursos financeiros, mas porventura esse orçamento redistribuído pelos trabalhadores, pelas microempresas, pela criação de sistemas de higienização pública ou pela criação de novas oportunidades de emprego seriam, possivelmente, mais úteis ao Concelho de Caminha.

Medidas que regulem a ocupação das nossas áreas balneares e estacionamento limítrofe, sendo recorrente o uso excessivo dos parques de estacionamento por autocaravanas nas marginais marítimas e fluviais. Medidas que prevejam a vida depois de agosto, com a retoma da escola presencial para todos e a necessária organização social regular. Medidas que estimulem setores de produção, como a agricultura e pesca, valorizando os produtos locais.



Assembleia Municipal de Caminha

Da parte da CDU ficará sempre afirmada a nossa total solidariedade e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por quem decide, e o faz em situações difíceis como esta, mas ficará igualmente expressa a nossa total disponibilidade para contribuir, na defesa das populações, na construção das melhores soluções. Soluções como as que urge assumir nas negociações com a DOCAPESCA, entre outras.

A verdade é que já não é a primeira vez que nos dispomos a contribuir, sempre afastados por não termos eleitos na Câmara Municipal.

Para terminar duas notas finais e duas participações.

A primeira nota é dirigida aos ex-trabalhadores da CAMIPÃO, certos que são necessárias mais ações que palavras, valendo a sua representação coletiva na defesa dos seus direitos. O futuro terá que trazer novas vidas, novas oportunidades, novas construções profissionais e pessoais, e deve o executivo municipal, tal como, e bem, fez no passado, desempenhar um papel promotor e acelerador dessa nova realidade.

A segunda nota vai para a inauguração da nova sede do Etnográfico de Vila Praia de Âncora. Não se trata de reconhecer o exemplar serviço cultural e identitário das gentes do Vale do Âncora, mas esta inauguração, no entender da CDU, marca objetivamente a afirmação das coletividades na vida regular da comunidade, sendo expressivo o momento temporal escolhido. Mas marca também a orientação política territorial e a aposta na atribuição de condições para a promoção do movimento associativo.

Por fim as duas participações. A primeira para a ausência de luz pública, particularmente relevante em certas zonas de Vila Praia de Âncora. A segunda para a situação em que se encontram os passadiços, em particular o da Foz do Minho com tábuas soltas e outras tantas levantadas. Trata-se de uma situação que coloca em risco a segurança de quem por lá passeia.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Desde que foi declarado o estado de Pandemia pelo Covid 19 que vivemos momentos de incertezas e angústias. Incerteza das nossas vidas. Incerteza de conservarmos os nossos familiares. Incerteza da impossibilidade de batizarmos os nossos netos, de casarmos os nossos filhos, a angústia de não podermos fazer um funeral e um luto decente pela morte dos nossos irmãos. Incerteza e angústia de conservarmos ou não o nosso trabalho, o nosso emprego. Incerteza de como ficará o mundo laborai, a economia e todas as consequências associadas. Incerteza como será o ensino, a saúde, o turismo, a ação social, a sociedade, etc. Segundo parece, e embora se tente que tudo volte a ser como era dantes, a verdade é que nem tudo poderá ser como era. Mas todas as incertezas e angústias também nos revelam certezas. No que nos diz respeito, e atendendo à época balnear que se aproxima, tudo indica que não será uma época brilhante. As praias terão limitação de frequentadores. Os restaurantes não poderão funcionar em pleno assim como os cafés, snacks bares, discotecas. Não teremos festivais de verão. As romarias e festas populares interditas. Teremos um verão a meio gás, que impedirá que o negócio seja como em anos anteriores. Caminha tem o seu plano de desenvolvimento assente única e exclusivamente no turismo. O que agora nos dá a certeza que talvez seja um erro. O turismo não é importante? Claro que sim, sem dúvida alguma. Mas não deveríamos ter descurado o comércio e indústria, duas pedras basilares de desenvolvimento e emprego que no nosso Concelho estão completamente esquecidas.

Somos de opinião que devemos aproveitar estes momentos para que de uma forma desinteressada e com lucidez possamos ver o que está mal, o que faz falta corrigir para conseguirmos que Caminha seja um Pólo de atração, não só com o seu turismo, mas também de uma forma sustentada durante todo o ano. Devemos aproveitar o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho para relançar todas esta região dinamizando o trabalho e emprego



Assembleia Municipal de Caminha

transfronteiriço bem como, dinamizar o comércio local dos Concelhos transfronteiriços de modo a transmitir a mensagem de território seguro, assegurar retorno e a importância do comércio local transfronteiriço. É salutar saber que os autarcas da CIM Alto Minho já reuniram com as entidades competentes de forma a desenvolver no Alto Minho um projeto de revitalização económica para os sectores do comércio, restauração e hotelaria, onde se inclui a abertura urgente das fronteiras não só para a passagem dos trabalhadores transfronteiriços, mas também para apoio de todo respetivo tecido económico. Devemos reunir esforços e lutarmos para que o aeroporto Sá Carneiro no Porto volte a ter movimento de passageiros semelhantes ao ano de 2019, pois foi um motor de desenvolvimento não só para a região norte, mas também para a região centro. Só com esta visão integrada, de curto, médio e longo alcance, é que será possível alcançar um desenvolvimento que assegure as necessidades das gerações atuais sem comprometer as expectativas das gerações futuras. Só através de uma aposta simultânea na componente económica, na componente social e na componente ambiental é que poderemos ultrapassar os momentos difíceis que se avizinham para todos. Já aqui defendemos em anteriores Assembleias Municipais, pela voz do Sr. Deputado do Grupo do PSD, Carlos Videira, "a elaboração de um Plano Estratégico Municipal de Sustentabilidade e a publicação de Relatório Anual de Sustentabilidade, prática já seguida por outros municípios no país, de todas as cores partidárias". "Gostaria de realçar essa ideia, reiterando que a mesma exige a participação e auscultação das principais instituições no sector educativo, económico, industrial, social e cultural e a elaboração da análise de alinhamento entre as políticas e a perceção e vontade dos cidadãos, das organizações e das restantes partes interessadas". "Acrescentaria mesmo que estou convicto de que não faltará muito tempo até que a produção de relatórios de sustentabilidade seja uma prática obrigatória, regulamentada por lei, pelo que caberá a este Executivo Municipal decidir se apanha a carruagem da frente ou a carruagem de trás".



Assembleia Municipal de Caminha

Disse.”

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que é bom voltar a esta Assembleia, é bom voltar a estarem juntos e todos com saúde, é bom voltar a viver. No entanto enquanto autarca, vai ali expor três ou quatro casos que o preocupam na sua freguesia, os primeiros tem a ver com a delegação de competências. No dia 25 de outubro de 2019, a Junta de Freguesia de Caminha e Vilarelho como outras Juntas reuniram com a Câmara Municipal, expressaram que estavam dispostos a assumir competências para o ano 2020, no entanto, já se está em junho de 2020, mas, veio o COVID, o que veio atrapalhar a delegação de competências, porém, reafirmam que querem novas competências, estão preparados para as novas competências, sabem que a Câmara quer transferir novas competências e aguardam com alguma ansiedade e curiosidade a proposta que lhes vai ser feita.

Uma outra questão que o Senhor Presidente de Junta quer partilhar é uma questão transversal ao Concelho e ultrapassa infelizmente o nosso Concelho, fala da constante falta de iluminação pública, tem tido alguma dificuldade a convencer os seus fregueses, a gente da sua terra que a Junta de Freguesia está a fazer tudo aquilo que pode para alertar as autoridades competentes, nesta situação a EDP, que existe um problema de iluminação pública, pois tem mais de 80 candeeiros ligados na sua freguesia, e estão constantemente a colocar no sistema informático as avarias, fazem telefonemas, enviam ofícios e existem situações que duram há meses, o que não é aceitável, todos pagam impostos, entendem que tenha havido algumas situações complicadas com a pandemia, mas, antes da pandemia já era um “apagão”, e portanto, urge fazer-se alguma coisa, e neste momento Senhor Presidente da Câmara já se está no



Assembleia Municipal de Caminha

momento de se voltar a reunir com a EDP, como se fez no passado, para isto melhorar, porque todos merecem que esta situação seja melhorada, porque senão as pessoas começam a não acreditar naquela ação diária que tanto a Câmara Municipal como as Juntas e Freguesia fazem para corrigir este problema.

Uma outra situação que preocupa o Senhor Presidente de Junta é que haja um descontrolo de estacionamento e circulação em zonas de fruição pública que não devem ter estacionamento e trânsito, com isto, está-se a referir em concreto à Praça Conselheiro Silva Torres, e como Presidente de Junta tem que dizer à GNR que está a acontecer algo que não deveria acontecer, porque, ainda hoje estava um automóvel estacionada quase junto ao Chafariz, outro junto das arcadas da Câmara, e não é normal que existam sinais claros. Precisa-se de um policiamento mais eficaz, e precisa-se sobretudo de civismo e este é um apelo que faz às pessoas que esse espaço é de todos e frequentado por muita gente e pode-se estar ali a causar um problema sério. No entanto, se esta situação não se resolver com os sinais ou com o civismo a Junta de Freguesia está disponível em que a circulação naquele espaço era altamente restritiva com identificação de moradores e comerciantes e com a utilização de meios os quais não é uma opção, mas, não estão a ver outra alternativa, logo, a Junta de Freguesia está disponível para avançar nessa matéria, mas, isto é que não pode continuar.

Outra matéria que o Senhor Presidente de Junta ali salienta é a questão da feira, para a qual ficaram muito satisfeitos com a sua volta e com todas as normas de segurança, ficaram muito agradados que a feira hortícola tenha sido deslocada para a Rua 16 de Setembro, veio ali dar um novo ânimo, aproxima-se um pouco dentro da história de Caminha quando a feira era realizada no Terreiro, pelo que a Junta de Freguesia ficou muito agradada com esta iniciativa, no entanto, a questão da proliferação dos plásticos é uma situação que terá que ser corrigida, nesta matéria, já se apelou aos feirantes, e a Junta de Freguesia está disponível para fazer uma ação pedagógica junto dos



Assembleia Municipal de Caminha

feirantes para que entendam que não é razoável ainda por cima numa situação de pandemia se continuar a proliferar sacos e sacos pela vila de Caminha ou pelo Rio Minho, logo, estão disponíveis para uma ação pedagógica que mostre a bondade no nosso posicionamento, mas, se isso não acontecer a fiscalização terá que atuar.

Para terminar, quanto à questão da pandemia, disse o Senhor Presidente de Junta, que já foi ali tecido um voto de louvor coletivo, para o qual concorda, mas, existe uma situação de dois grupos em particular que estão a sofrer muito com esta pandemia, que são os idosos, em que numa altura que gostavam de sair de disfrutar da sua reforma, de conviver, veem-se obrigados a ficar em casa, porque são os mais vulneráveis, mas também ficam privados dos netos e filhos, e por isso, quer ali deixar uma homenagem aos avós, porque vê muitos avós a se lamentarem de não poder dar um abraço, um beijo aos netos e por isso deixa ali uma palavra na Assembleia Municipal de grande apreço e grande amizade aos avós. Deixa ainda uma palavra as crianças, porque, foi e está a ser muito duro, saíram da escola e confinados em casa, privados das suas brincadeiras, a não entender o que se estava a passar e o que vai ser o futuro, logo, as crianças são autênticos heróis, e terão que ser muito apoiadas numa fase de desconfinamento, e, também aos jovens que estão na flor da idade, que querem sair e relacionar-se, e tem assistido ao desanimo e tristeza de muitos jovens, pelo que, deixa ali uma palavra aos jovens para que tenham calma e paciência, porque, isto ainda não acabou, tenham cuidado porque podem ser atingidos e ter consequências graves e até atingir outros, portanto, vamos ter calma e serenidade, porque o mundo ainda vai proporcionar muitos momentos de convívio, e com isto é para alertar que a economia tem que voltar funcionar, o setor do turismo e pesca, ou seja, esta é uma altura de estarem estar juntos, de se contruir um Concelho juntos, de dizer a todos que se conta com eles, mas, de dizer também que se tem de ter cuidado. Todos querem passar por isto e sobreviver, e que tenha as menores consequências possíveis, mas, para isso tem que se ter muito juízo.



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

O **Senhor Vereador Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social e Comunicação Social, e disse que a Câmara Municipal de Caminha aceitou algumas daquelas competências no âmbito da descentralização de competências promovida pelo Estado que ali vieram à Assembleia Municipal, e a Câmara Municipal aceitou aquelas que ali foram aprovadas e rejeitou as que ali também foram rejeitadas, mas, também não menos verdade houve Juntas de Freguesia que aceitaram as competências que lhes cabia no âmbito da descentralização reguladas pelo Decreto-Lei 57/2019, nesses termos tiveram a oportunidade de reunir como ali referiu o Senhor Presidente de Junta de Caminha, com todos os Presidentes de Junta que tinham aceite as competências e reuniram com o principal objetivo de quais eram as expectativas de que cada Junta de Freguesia tinha no âmbito da aceitação dessas competências, e posteriormente solicitou aos serviços da Câmara Municipal para que lhe fizessem chegar um mapa para todos terem consciência daquilo que estava em causa, na transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, e cada Junta de Freguesia é uma realidade distinta, as transferências são passadas de uma forma universal, mas, como cada uma tem uma especificidade e são essas especificidades que se estão a trabalhar e a aprimorar, de qual será o quadro financeiro, de recursos humanos e de meios técnicos que se tem que pôr a cada Junta de Freguesia para que possam exercer essas competências.

Disse também o Senhor Vereador que já se está a falar da prorrogação de prazo de execução destas competências pelo menos aquelas que seriam impostas em 2021, o que dará origem a um outro processo com prazos mais dilatados. E como todos os Senhores Presidentes de Junta sabem a Câmara Municipal tem dificuldades a ocorrer a todos no tempo e no momento das solicitações que fazer chegar das 14 Juntas de Freguesia as solicitações



Assembleia Municipal de Caminha

diárias são muitas, para além daquilo que é o normal funcionamento da Câmara Municipal e nem sempre é possível ocorrer a essas solicitações, fruto também da escassez de recursos humanos no que concerne a assistentes operacionais para disponibilizar às Juntas de Freguesia, logo, este é um processo que se está a estudar e mesmo a título de exemplo não fará sentido colocar um fiscal a uma Junta de Freguesia para fiscalizar as competências ali previstas, porque um fiscal será um meio excessivo para estar só ao dispor de uma Junta de Freguesia, e tem de se saber adequar bem os recursos que se tem para as Freguesias.

Disse ainda o Senhor Vereador que existe uma enorme expectativa daquilo que são competências atribuídas às Juntas de Freguesia, mas, a descentralização de competências não será a panaceia para os problemas das Juntas de Freguesia, ou seja, as Juntas de Freguesia não podem esperar da transferência da descentralização de competências verbas substanciais, transferência de meios substanciais, porque a Câmara também não os tem, e para além disso muitas daquelas que são as competências que vão transitar no quadro da descentralização, algumas delas já são exercidas por todas as juntas no âmbito dos acordos firmados que tem valores associados e que todos conhecem quais os valores associados ao exercício dessa competência, o que não fugirá muito daquilo que é a realidade que hoje tem no âmbito dos protocolos, em suma, este é um dossier que se está a trabalhar em conjunto e tem por base três princípios fundamentais, um princípio de justiça, de equidade e de universalidade para todas as Juntas de Freguesia e só assim se terá um bom trabalho e espera que nos próximos meses se tenha ali um documento mais fechado, reunindo com todos os Senhores Presidentes de Junta que aceitaram estas competências e até ao Governo se pronunciar de outra forma terá que se preparar aquilo que é o quadro para 2021.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados,



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e a todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

Minhas Senhoras e meus Senhores;

É de facto um gosto poder estar hoje convosco, neste regresso a alguma normalidade e poder explicar também aqueles que nos acompanham em casa que ali estão bem, cumprindo todas as normas, o plano de contingência também deste equipamento cultural e dizer que estes dias, que estas semanas e estes meses foram um desafio brutal à capacidade do executivo de poder servir bem as pessoas, encontrar as melhores soluções, equilibrar as medidas. Foi de facto um exercício muito difícil, sobretudo quando estávamos a vivenciar uma pandemia que ataca a saúde e a vida das pessoas que ali vivem no Concelho de Caminha. Esta é uma caminhada que continua neste momento é certo que não há casos ativos aqui no Concelho de Caminha, mas a qualquer momento esta notícia, se diga assim, ou este facto pode deixar de o ser. E por isso, pretende partilhar com todos de que como é muito importante que se mantenham no essencial unidos, enquanto se poder estar unidos, naturalmente tirando as divergências que tem certamente sobre algumas das medidas. Mas, o facto de se estar juntos e de se puder atuar de forma mais consentânea com aquilo que são as necessidades da população, julga que tenha sido da parte das pessoas um acordo que os deve incentivar a continuar o caminho.

Disse o Senhor Presidente que depois de todos estes meses de trabalho, estar ali agora, nesta vivencia da democracia forte com todos é muito importante e é um prazer especial este regresso, esta Assembleia que junta a Assembleia de abril com esta que se teria em junho.

No entanto, vai tentar dar ali nota de algumas das temáticas, aderindo desde já, só para concluir a explicação que o Senhor Vereador Rui Lages deu sobre a questão das competências.

Existe uma matéria que gostava que ali ficasse muito clara, para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Não há um descentralizador, mais descentralizador do que eu. E, se puder dar a cada uma das Juntas de



Assembleia Municipal de Caminha

Freguesia os recursos, a capacidade e os meios para que façam um trabalho que tem a certeza que farão melhor do que a Câmara, fará isso. Mas, deixa a nota, e os Senhores Presidentes de Junta sabem disso, mas sobretudo para que as pessoas percebam o seguinte: aquilo que está ponderado no quadro da descentralização que está aprovado, é que a Câmara Municipal disponha dos recursos e dos meios com que concretiza as competências de uma freguesia. Se fizer isso a Câmara assim sem mais, para o executivo é mais fácil, mas será o descalabro para as Juntas de Freguesia. Há competências que a Câmara cumpre não tão bem como desejaria e que traçando, cortando essas competências entregando a cada uma das Juntas de Freguesia o dinheiro associado a essa competência ou os trabalhadores associados a essa competência, provavelmente não conseguiria a Junta de Freguesia fazer aquilo que lhes compete fazer. E por isso, aquilo que não fará, é dar competências às Juntas de Freguesia sem que as Juntas de Freguesia, tenham depois capacidade de cumprir essas competências pelo menos de forma satisfatória para que depois a Câmara daqui a um ano diga às pessoas que não tem nada a ver com isso, isso é das Juntas de Freguesia, eles é que não fazem o seu trabalho. Isso não fará. No limite, prefere não descentralizar competências. E, portanto, para que fique de uma forma clara aquilo que já disse em algumas reuniões, mas aprofundando um pouco essa matéria, quando o executivo estabelecer com cada uma das Juntas de Freguesia as competências que lhes cabe, fará um esforço para ir um pouco mais longe do que a Câmara hoje consegue ir. Com mais meios, com mais recursos e com mais capacidade para que possam fazer melhor o seu trabalho. É esse o seu desiderato.

Disse o Senhor Presidente que não lhe interessa nada passar as competências e dizer nas redes sociais ou nos jornais que isso já não é com a Câmara, isso é com as Juntas de Freguesia. Isso não fará. E, portanto, terá que atuar diferente e fazer essa descentralização de competências de freguesia para freguesia, tentando encontrar as melhores respostas possíveis.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à questão da pandemia, disse o Senhor Presidente que merece uma maior atenção nestas primeiras respostas. E disse ao Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, cumprimentando-o realmente por estar ali na sua freguesia, que a questão da época balnear é uma questão que é preocupante e percebe bem a preocupação do Senhor Presidente como naturalmente terão os restantes Presidentes de Junta que tem praias. E, ali inclui Vilar de Mouros. Existe um desafio pela frente, esse desafio obriga a que no momento excecional se tomem medidas excecionais. As praias estão a ser preparadas para receber as pessoas com a abertura da época balnear e esse trabalho inclui algumas especialidades. Todos sabem as decisões que foram tomadas, relativamente ao distanciamento de pessoas, ao distanciamento de barracas, há especial responsabilidade de cada um dos concessionários, relativamente às questões de higienização. Mas há outras matérias que estão também a ser acauteladas. Uma delas diz respeito à segurança das pessoas e aos nadadores salvadores. Sobre essa matéria a Câmara decidiu e comunicou aos concessionários em primeiro lugar que o executivo estaria ali para ajudar os concessionários num Verão particularmente difícil. Vai haver pessoas mais retraídas, pessoas com menos dinheiro seja aqueles que estiveram a trabalhar e que sofreram cortes nos seus rendimentos através do Lay-Off, seja, porque um conjunto de pessoas não esteve a trabalhar e provavelmente também haverá menos gente este Verão. Desse ponto de vista, o executivo decidiu apoiar os concessionários assegurando metade dos custos que os concessionários terão com nadadores salvadores durante este Verão. Esta é uma forma de tentar aproximar aquelas que são as dificuldades dos concessionários para que eles possam prestar também um bom serviço e não encontrem razões para não apostar na segurança das pessoas.

Disse ainda o Senhor Presidente que para além das praias concessionadas o Concelho de Caminha tem a felicidade de ter um extenso areal que não está concessionado. Há muitos exemplos desses, mas, existem dois que são particularmente relevantes pela sua dimensão: aquele que foi referido pelo



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, esta meia lua que vai dos Caldeirões até ao Forte do Cão e a outra meia lua mais a norte em Moledo que vai desde a última concessão a norte até à praia concessionada da Foz do Minho. Ora, todos sabem para essas zonas irão muitas pessoas, aí nessas zonas não existe lotação. Nem existe propriamente controlo de lotação, e sobre essa questão, sobre a luta de lotação de Vila Praia de Âncora, Moledo ou de outra praia não obedece a nenhum critério político, obedece a um critério matemático que tem haver com os areais concessionados e o número de pessoas que se entende que pode caber no areal. No entanto, o executivo acha que é da sua responsabilidade encontrar soluções em conjunto com outras instituições para se dar alguma segurança às pessoas que irão para esses espaços não concessionados. Apesar de não se poder garantir a mesma segurança. Não se pode ter postos de nadadores salvadores nesses metros e nessa extensão e não se pode concessionar áreas, ter lá bares de apoio, ter os apoios de praia porque não é permitido. Contudo, o que o executivo fez foi criar duas equipas: uma que estará em Âncora, dos Caldeirões até ao Forte do Cão; uma equipa municipal com nadadores salvadores da responsabilidade do Município com um veículo da responsabilidade do Município que fará uma vigilância ativa, uma proximidade às pessoas, um acompanhamento às dinâmicas de usufruto do mar. O mesmo em Moledo, mas com características diferentes nesta relação institucional que se tem ali com uma presença mais forte da polícia marítima e do reforço que terão também da presença dos fuzileiros ali no Concelho de Caminha. Estas medidas não são estanques, em algum momento pode haver diálogo entre estas duas forças, mas o que se fará é dizer às pessoas que existem estas equipas e que se está atento. Mas, ajudem por favor! Não é a mesma coisa estar numa praia concessionada ou estar nestas praias. A segurança não é a mesma. E a situação não é exatamente a mesma no apoio que se pode dar às pessoas, nomeadamente na manifestação dos primeiros socorros. Está-se a fazer um esforço muito grande nesta e em outras áreas para se poder acautelar várias soluções, fazer



Assembleia Municipal de Caminha

com que as pessoas procurem outros areais se sintam à vontade. E aquilo que o executivo quer que aconteça nas nossas praias neste Verão é que as pessoas se sintam bem; que se sintam tranquilas; que as famílias possam disfrutar; que as pessoas também se sintam elas próprias nas aberturas porque não tem ninguém acima delas, nem estando numa situação de temer que possa haver uma proximidade maior do que aquela que a lei define. E, as bandeirolas, que são bandeirolas e não semáforos, estarão colocadas à entrada das praias serão controladas por cada um dos concessionários e serão controladas de acordo com uma medição ao momento que os próprios concessionários façam. Uma bandeirola vermelha à entrada de uma praia, não quer dizer que as pessoas estão proibidas de entrar, quer apenas dizer que aquela praia atingiu a lotação. Claro que um cidadão precavido não entrará numa praia com uma bandeirola vermelha. Mas, pode acontecer e ninguém poderá impedir, ninguém pode impedir o acesso a uma praia. Já pode ser impedido de se sentar a menos de 1 metro e meio ou de colocar um guarda-sol a menos de 3 metros, aí sim já poderá ser impedido. O que o executivo espera e não há outra maneira de fazer isso: é que o apelo à responsabilidade individual, e responsabilidade coletiva que faz com que a censura pública ajude a encontrar soluções, seja um marcador deste tempo de praia que se terá. O executivo fará tudo pelo melhor, vai ter equipas de praia constituídas por funcionários municipais que estarão a aconselhar dentro e fora das praias, na areia e nos paredões as pessoas. Aconselhando também a disseminação das pessoas. Está-se a fazer tudo o possível num ano absolutamente extraordinário onde se tem que encontrar soluções extraordinárias.

Disse ainda o Senhor Presidente que essa preocupação dos Senhores Presidentes de Junta e daquela que elencou o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora ali é de facto uma preocupação importante.

Relativamente, aos restantes temas que ali foram muitos abordados nas palavras que foram dirigidas a ele e ao executivo pelo trabalho que fizeram, agradece, mas, como diz o outro não se faz mais do que a nossa obrigação.



Assembleia Municipal de Caminha

Portanto, a todos aqueles que dirigiram essas palavras, agradece e dizer-lhes que a ideia e o reforço que o executivo faz foi poder trabalhar em conjunto para poder afirmar o Concelho como um Concelho de referência, um destino de confiança que se tem qualidade no espaço público, isso é fundamental.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que abordou ali várias matérias, e na questão da pandemia, do combate aos efeitos da pandemia, há naturalmente um cuidado que com as famílias, que não se pode dissociar algumas dúvidas que tomaram de apoio às empresas de apoio às famílias, tudo o que fizeram às empresas e ao emprego é um apoio às famílias. E o apoio que o executivo fez por exemplo com os vouchers, são medidas de apoio ao comércio local ou à restauração local, medidas de apoio à hotelaria local são medidas de apoio à economia local na sua globalidade. Esta decisão que o executivo tomou entre outras de apoiar todos aqueles que vierem ao Concelho no mês junho com uma refeição, não é apenas uma medida para parecer bem ou para se gastar um determinado dinheiro numa refeição. Não. É uma medida que injeta nos hotéis as pessoas através da atratividade, que permite aos hotéis terem esta oferta, que permite à restauração do Concelho ter também o consumo direto e o executivo já está a pagar os primeiros vouchers daqueles que estiveram no primeiro fim de semana, já estão pagos, mas permite mais. Permitiu que o Concelho de Caminha se destaca-se na imprensa como aquele que teve a agilidade de fazer uma proposta diferente, e no contexto global marcou também a diferença e isso colocou-os na imprensa galega, colocou-os nos jornais, na "Time- Out", nas revistas de turismo, na televisão, no estrangeiro, na rádio, toda a gente fala desta matéria. Disse ainda que ontem teve uma reunião de cariz partidário em Lisboa e os seus camaradas de outras federações, todos perguntavam como teve aquela ideia fantástica ali para o Concelho de Caminha. Toda a gente fala e toda a gente sente esta atratividade, e o Concelho marca pela diferença. E, só para pagar esta publicidade toda custaria 5 ou 6 vezes mais do que aquilo que vai custar esta medida. Por isso, esta medida apoia a nossa economia.



Assembleia Municipal de Caminha

Esta e outras medidas apoiam a nossa economia. E, apoiar a economia é apoiar as nossas famílias. É, contribuir para a saúde das pessoas, é apoiar a saúde das famílias e das pessoas da família. Disse ainda o Senhor Presidente que o trabalho que se faz no Caminha Solidária, para que todos percebam o Caminha Solidária é o projeto que já vem detrás na Câmara de Caminha apoia as famílias no pagamento de rendas, no pagamento de luz, no pagamento de um conjunto de despesas que são fundamentais na gestão do dia a dia. E, só neste momento, no Concelho de Caminha, até à data de hoje, já gastou em dinheiro mais nas pessoas, já gastou o dobro daquilo que se gastou no ano passado. O dobro. E, se juntar a isto o Caminha Habita é o triplo. Já se gastou o triplo do dinheiro em solidariedade em Caminha Solidária e em Caminha Habita do que em todo o ano passado. E, este trabalho apoia as famílias por exemplo da Camipão, já que falou dos desempregados, mais o apoio ao pequeno comércio pagando as tarifas fixas da água, as tarifas fixas de saneamento, as tarifas fixas dos resíduos urbanos, ao todo num investimento de cerca de 38 mil euros, é apoio ao emprego e apoiar o emprego é apoiar as famílias. Por isso, disse o Senhor Presidente que não vê esta matéria como matéria que se afastem umas das outras.

Relativamente às escolas de acolhimento, disse o Senhor Presidente, que a alimentação, ao 11.º e ao 12.º ano, é um trabalho que gostava de ali de abordar depois na questão da pandemia com mais cuidado.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Carlos Videira e do Senhor Deputado Rui Taxa, disse o Senhor Presidente que é recorrente, de algum modo, minimizar o sucesso económico e a visão económica deste executivo na aposta que faz no turismo, ao dizer bem do turismo é fantástico, ok! Sim diminuámos de mil para 300 o número de desempregados no Concelho, sim duplicamos o número de proveitos, sim têm mais 70% de hóspedes no Concelho, mas, isto de estar a deixar a nossa economia totalmente dependente do turismo é um erro e, portanto, deve-se procurar outra diversificação. No entanto, ele não é em génese contra essa diversificação acha que todos o



A
D
E

Assembleia Municipal de Caminha

devem fazer no contexto do País, deve-se fazer embora os territórios sejam diferentes: as ruas, os Concelhos, o próprio país diferente outra vez entre si. No entanto, veio esta pandemia e provou-se exatamente o que tinha dito: o Concelho precisa do turismo, depende do turismo, veio a pandemia destruiu tudo, mas, o Concelho não devia estar nesta situação devia estar noutra situação como outros Concelhos, mais industrializados, com fábricas, onde as coisas correm bem. Só que a realidade desmente esta matéria. No Alto Minho, os 3 Concelhos que mais padecem desta pandemia em termos de emprego são: em 3.º lugar Monção, que é conhecido por ter uma zona industrial forte; em Monção o número de desempregados era de 305 no início da Pandemia, agora é de 492 pessoas, compara com números de Junho de 2016; Paredes de Coura, é sobretudo industrial e aliás estão a fazer agora investimentos de alavancagem da zona industrial com ligação à A28. De 155 desempregados que tinha em maio de 2019, agora tem 423, é o segundo Concelho onde a situação mais piorou e em Valença, que tem uma zona industrial franca também é o pior do Alto Minho em termos de crescimento de desemprego, passou de 342 inscritos para 714 inscritos recuando para valores de outubro de 2014, mesmo a sair do período da troika. Estes Concelhos não vivem do turismo, vivem da indústria e a quantidade de fábricas que fecharam e as que continuaram a funcionar em Lay-off, prejudicando o rendimento das pessoas é também preciso olhar para essas situações para não se fazer uma leitura que às vezes não é exatamente a leitura correta sobre aquilo que se passa. E, o mesmo se poderá dizer pelo resto do País. Mas, com isto minimizar aquilo que se passa no Concelho de Caminha, nem pensar. No Concelho de Caminha é verdade que tinha em fevereiro 304 desempregos, no entanto estes desempregados, este modelo errado de crescimento económico fez passar de 2013 onde tinha 1017 desempregados, para 304. Neste modelo errado o executivo percebeu o impacto que isto ali teve na economia e mais 174 desempregados inscritos em 3 meses é mau. Mas desses 174 desempregados, só 62 desde logo são da Camipão que não fechou por causa



Handwritten marks in blue ink, including a star-like symbol and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

do turismo. Não se tenha dúvidas, mas, se ainda existem dúvidas sobre a questão da Pandemia e do Turismo relativamente à Camipão, acredita que ninguém tem dúvidas que ao 3.º dia conforme as escrituras a Camipão tenha morrido. E, portanto, está sensível à questão de se poder diversificar a oferta económica do nosso Concelho. O Concelho tem a área industrial que tem. E se perguntarem ao Presidente da Câmara: mas não acha que deve haver mais espaços para se colocar mais indústrias, defendeu-se, em sede o PDM, criou-se a possibilidade desses espaços. Mas, Senhor Presidente porque é que esses espaços não estão lá, porque, ainda não houve capacidade para comprar terrenos e para infraestruturar terrenos. Para o investimento que é necessário não há essa capacidade e perguntam, porque é que não fazem o investimento no TECCaminha, tem os investidores privados. Porque os privados que estão lá não querem fazer o investimento. Porque, já o teriam feito. Nem investem, nem vendem, nem emprestam, nem alugam. E, portanto, o que o executivo faz é tentar encontrar soluções. Por exemplo, soluções de apoiar o sector terciário. O executivo está a promover o investimento privado ali na antiga Ancorensis. Promoveu um pequeno ajustamento ao PDM que está em discussão pública e o PSD foi contra. Mas vai criar emprego. Não está ligado ao turismo. E, há outros vetores e há outros sectores. O Porto de Mar ali de Vila Praia de Âncora que precisa de um investimento forte, de algum modo na questão da Doca de Pesca, mas, o executivo precisa de ir mais além do que a gestão do próprio espaço. O executivo tem que dar uma volta aquele espaço do serviço da economia; apoiar a agricultura e o setor primário existe uma ideia, um projeto até de criar uma incubadora verde no Concelho de Caminha ligado à produção primária. Na indústria encontrar espaços. Na próxima semana vai existir mais uma oferta, para mais trabalho, vai existir mais encontros com privados que vêm ao Concelho de Caminha e de facto o Concelho não é competitivo relativamente a outros vizinhos, quando o Concelho tem que promover a compra de terrenos em vários espaços e nos vizinhos existem alguns terrenos onde se podem implantar em meia dúzia de



Assembleia Municipal de Caminha

dias e levantar os alicerces de uma nova fábrica. Há muito para fazer aí, mas por favor não minimizem o impacto do turismo. É a indústria mais importante a nível mundial contribui para cerca de 14% do PIB nacional. No Concelho de Caminha de forma direta e indireta se se retirar aqueles que trabalham na função pública, dirá que 70% a 80% das pessoas dependem diretamente ou indiretamente do turismo.

Mas, o executivo vai continuar a trabalhar nessa área como tem estado a trabalhar e com resultados. Bolas! Com bons resultados. E por isso, perspectiva já um pouco entrando na questão da Pandemia aquilo que é o futuro e os próximos dias. O mais difícil de decidir na posição do executivo é encontrar o equilíbrio perfeito entre o combate à Pandemia, o cumprimento das regras, fazer com que as pessoas tenham comportamentos cívicos corretos, mas, à necessidade de se ir abrindo a economia, de que as pessoas venham, consumam, comam nos restaurantes, comprem no comércio local, que alimentem as lavandarias, que alimentem as outras lojas, que alimentem os mercados e as feiras, que alimentem a dinâmica comercial dos territórios, que alimentam os contabilistas, que alimentam os trabalhadores, que alimentam aqueles que produzem para que aqueles possam vender um conjunto de material e de bens. É esta a perspectiva do executivo e é esta a perspectiva já para os próximos meses. Vai-se passar na sua convicção dois meses muito difíceis de fazer este equilíbrio. O equilíbrio entre se estar a conseguir chamar algumas pessoas para aqui, para o Concelho que consomem, que vão vivenciar a praia e as nossas ruas e o medo que se tem de se poder criar um surto ou alguma contingência no Concelho.

Disse ainda o Senhor Presidente que não tem muito medo, independentemente de amanhã e pede aos autarcas. Estes discursos são muito difíceis, porque se amanhã acontece um surto, um problema de alguém que foi a um restaurante, alguém que não teve tanto cuidado num lar, alguém que na rua veio visitar um familiar, amanhã já se tem um problema grave. E afetar a economia e terá que fechar a economia outra vez, se as coisas correrem mal. Mas, na confiança



Assembleia Municipal de Caminha

que tem de que isto pode de facto, podem passar bem estes 2 meses, os meses piores não serão os meses de julho e agosto para as nossas famílias. Os meses piores são os meses de outubro, de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, nos longos Invernos que aqui se tem e que custaram a passar. E por isso, no investimento e estando a falar no tema da Pandemia, no investimento e no olhar que o executivo tem sobre esta matéria quer dizer o seguinte: a Câmara Municipal não chegará ao fim do ano, deste ano de exercício, com a ideia de poupar um cêntimo que seja no combate à Pandemia e no combate aos efeitos sociais e económicos da Pandemia. Aquilo que se ouve que a Câmara vai poupar nos eventos que não vai fazer, serve para a Câmara colocar algum aforro nos seus próprios bolsos, mas, desde já declara ali perante todos que isso não irá acontecer e a sua temeridade é maior sobre conseguir gerir bem os recursos que tem. Porque não se pode apostar todas as fichas neste momento, tem de se apostar apenas algumas, no combate aos efeitos sociais económicos com as medidas que já foram elencadas, mas, também na animação cultural que deve existir. Na capacidade de se apoiar as instituições seja do ponto de vista associativo, da cultura e do desporto, seja do ponto de vista comunitário ou solidário. No entanto, tem de se esperar pelo que virá em outubro e novembro. Não esperem que a Câmara Municipal chegue ao mês de novembro e ao mês de janeiro e fevereiro e quando tiver as instituições a pedir ajuda, as Juntas de Freguesia a pedir ajuda, as pessoas a pedir ajuda para pagar rendas, e dizer "o executivo já não tem dinheiro, apostou tudo naquela altura" isso não o fará. O truque e a dificuldade de escolher estes momentos, caldear estes momentos. O executivo está a tentar o mais possível, para abrir a economia, tendo todos controlados. Disse ainda o Senhor Presidente que ao estarem ali saúda os partidos e os autarcas do nosso Concelho, que souberam trabalhar juntos nesta matéria. Saúda tirando uma ou outra informação mais incendiária. Que estiveram na linha da frente do combate com responsabilidade e dando sinais que estão ali para ajudar as pessoas independentemente dos caminhos que às vezes se escolhe. Saúda



Assembleia Municipal de Caminha

também todos aqueles que fizeram parte de todos os louvores, de todo o País, desta Assembleia, todos os profissionais de todas as áreas começando pela saúde, pela proteção civil, pelas forças policiais, mas todos aqueles mais anónimos que continuaram a trabalhar nas farmácias, nos supermercados, nas bombas de combustível, nos camiões a trazer alimentos e a trazer combustíveis, na recolha do lixo, na limpeza das nossas ruas, aqueles que continuaram a cultivar e os que continuaram a pescar para que se pudesse comer. Tantas e tantas pessoas. Os CTT, os funcionários públicos. Muitos, que trabalharam para criar condições para se fazer um bom trabalho. Mas as pessoas foram indecíveis. E como é natural, vocês não andaram na rua naqueles dias, mas ele andou por força do seu trabalho e do seu dever. E, era impressionante perceber, triste por um lado, mas motivador por outro como em dias absolutamente fantásticos de abril, de março, até de maio, sábados e domingos de sol fantástico e as ruas do nosso Concelho estavam vazias. Num sentimento triste, melancólico, mas, com enorme orgulho da população. O trabalho que foi feito nas escolas. A escola de acolhimento que hoje encerrou aulas e ele e a Vereadora Liliana estiveram lá. Marcando especialmente o Concelho de Caminha. O trabalho que fizeram com a entrega de computadores, PC's, tabletes e de routers às famílias. A distribuição de alimentos, de medicamentos que fizeram. Os agregados que hoje também auferem dos medicamentos gratuitos através dos programas que se tem, o apoio que se deu com o Caminha Solidária, que ainda à pouco falou, duplicou o apoio que se deu em todo o ano anterior até ao momento. No Caminha Habita, que leva também um investimento significativo. O apoio que se foi dando consolidou também uma imagem de coesão da nosso Município. E vai-se continuar. Olhando agora para o futuro. Já se apoia as IPSS no apoio às faturas de água, também o pequeno comércio na isenção das tarifas fixas. Apoia-se com subsídios os bombeiros e em breve irão tomar novas medidas, relativamente, aos bombeiros e relativamente às IPSS, que perderam receita e aumentaram despesa por força do trabalho de higienização que tem de fazer.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas, o executivo está ali para fazer o melhor e como disse há pouco para acertar no máximo as medidas e tentando sempre equilibra-las.

Disse também o Senhor Presidente que nos próximos dias iremos assistir à abertura das fronteiras, à época balnear que se vai iniciar como ali falou o Senhor Presidente de Junta de Caminha. E ainda hoje tiveram uma reunião com os comandantes da Guarda Nacional Republicana de Vila Praia de Âncora e de Caminha. E, como sabem existem temos problemas estruturais, na capacidade para se resolver vários problemas de ordem pública. E, para que tenham uma ideia existem 34 operacionais, guardas na GNR de Caminha e 30 em Vila Praia de Âncora, existem mais ou menos os mesmos efetivos que se tinha há 5 ou há 10 anos, mais ou menos. No entanto, neste momento já se tem o dobro de pessoas no Concelho nesta época de Verão do que se tinha há 5 ou há 6 anos. Porém, o reforço que está pensado neste momento para o Concelho de Caminha é um pelotão ciclope, que são 4 homens de bicicleta, aqueles que se habituaram a ver nas nossas praias a deixar uma cartinha para aqueles que se portam menos bem. O que é manifestamente curto para aquilo que se necessita e a própria GNR reconhece isso. Contudo, solicitou aos Comandantes de GNR, para tomarem nota exigências junto do comando geral e do Ministério da Administração Interna para perceberem a especificidade do tempo que se vive e das necessidades que agora se tem pela frente. Explicar, que não se tem os mesmo eventos, logo, o trabalho gratificado que trás centenas de GNR ao nosso Concelho não é tão necessário podem tentar encontrar no conjunto do país mais recursos para a nossa zona. Pediu ainda à GNR do Concelho de Caminha que seja firme, clara e forte na atuação contra os abusos daqueles que se sentem acima da lei e acima do vírus. Até agora não se tem tido problemas maiores, embora cada um saiba que já acontecem alguns momentos menos corretos do ponto de vista legal. E o nosso espaço público tem de estar preservado por aqueles que prevaricam, mas também pelos que não prevaricam. Contudo, tem muitas instituições e muitos comércios e muitas pessoas “Presidente fale lá com a GNR, que perceba, que facilite isto,



Assembleia Municipal de Caminha

ajude! Eles que percebam que nos deem 5 minutos! É mais para a esquerda, é mais para a direita!”. Não! O que ele pediu à GNR é que não sejam contemplativos. Se um bar, se um estabelecimento, os bares, para já estão fechados, se um restaurante estiver aberto para além das 11 horas, sejam duros na atuação. Se um ajuntamento tiver mais de 20 pessoas, sejam duros na atuação. Se houver consumo de bebidas alcoólicas no espaço público, sejam duros na atuação. E se me perguntarem: “Mas sensibilizamos antes! Vamos às pessoas com uma abordagem amigável e depois se repetirem e replicarem.”. Não. Já explicamos o que se tinha que explicar.

O executivo já explicou às pessoas o que se tinha de explicar e dentro dos recursos que a GNR tem, e pedi à GNR que seja assertiva, firme e clara na atuação naquilo que são as regras da DGS e naquilo que são as medidas do Governo. Todos terão que se adaptar perante o tempo, todos precisam de saber que há regras para cumprir e fazer com que as pessoas todas percebam na sua cabeça que podem responsabilizar o Presidente da Câmara, os Presidentes de Junta, o Primeiro Ministro, a OMS, o Bolsonaro ou o Trump são todos culpados de tudo, mas a verdade é esta: os maiores responsáveis pela nossa própria atuação somos mesmo nós próprios.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs o período de réplica.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Âncora, Antonio Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que o Senhor Presidente da Câmara deu uma explicação exaustiva à intervenção do seu colega Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, e foi referido a praia a sul dos Caldeirões, mas, não deveria ser essa a praia que ele se estaria a referir, porque está fora daquilo que é o domínio territorial de Vila Praia de Âncora, ou seja, entre o



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Forte do Cão e a Pedra do Tesal está-se a falar de área de domínio da Freguesia de Âncora, porém, o Senhor Presidente de Junta viu-se na obrigação de fazer essa retificação para que as pessoas que não tem conhecimento desta zona administrativa, possam fazer confusão e pensar que da Pedra do Tesal para sul ainda continua a ser Vila Praia de Âncora.

Para terminar o Senhor Presidente de Junta disse que em 1893 a Freguesia de Âncora associou-se ao Concelho de Caminha preterindo um Concelho dinâmico e próspero que é Viana do Castelo, não foi para se inserir em Vila Praia de Âncora, foi sim para manter a sua autonomia e a capacidade governativa do seu território.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que ficou muito agradado por saber que a Câmara Municipal tem mais outra unidade para a questão das praias, afirmando que não tinha conhecimento dessa existência. Disse que havia visto umas marcas de rodado nas Dunas dos Caldeirões, mais precisamente em cima de uma duna que se está a tentar reconstruir, ficando mesmo alarmado com a situação, mas conclui agora, pela informação da Câmara Municipal, que haverá um fim mais agradável do que aquele que tinha inicialmente entendido.

Disse ainda o Senhor Deputado que julgou que o Senhor Presidente, ao ter abordado a praia, falaria na questão dos passadiços, e de facto assim o fez. Disse que nessa matéria a aposta numa segunda linha, era apoiada pela CDU ficando agradada com essa medida. Mas quanto ao passadiço da Foz do Minho disse que o seu estado de degradação é enorme, tornando-se um perigo para quem lá caminha, alertando também para o estado de falta de iluminação no Concelho com grande relevância ali na Freguesia de Vila Praia de Âncora. A CDU gostava por isso de ouvir novamente o Senhor Presidente a pronunciar-se sobre estas matérias.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, disse que a questão dos vouchers é uma boa ideia, e é de facto bom o trabalho que o Município de Caminha está a fazer ao nível do turismo, mas, no entendimento do PSD não é incompatível esse bom trabalho com um trabalho ao nível da economia e até nos podemos comparar com outros Municípios do Vale do Minho que estarão certamente numa outra posição do que o Concelho de Caminha, mas, também haverá outros que estão ao nível do desemprego numa melhor posição como por exemplo o Concelho de Melgaço no número de desempregados e podemos-nos comparar com o melhor que podemos ser , e não é preciso ser da oposição ou da maioria para se perceber que em todos os domínios existe sempre mais a fazer. Algo mais a fazer no emprego, sim, na adaptação à digitalização, ao teletrabalho; algo mais a fazer na ligação às instituições do ensino superior, há contactos permanentes ou não, isso não se sabe, gostariam de ter essa resposta; o TecCaminha, sabe-se que o Senhor Presidente da Câmara já ali referiu que os investidores não querem fazer nada com aquele espaço, mas, a Câmara Municipal de Caminha considera a possibilidade de procurar outros parceiros para um projeto semelhante noutra localização do Concelho de Caminha.

Para terminar o Senhor Deputado solicita resposta a duas questões , uma é a questão do Conselho Economico Social e a outra é a questão da possibilidade da constituição de um Gabinete de Crise, no entanto, a ideia não é partidária, Concelhos como Ovar, Batalha, Alijó, Vizela ou Montijo de diferentes cores partidárias já adotaram esta medida, até mesmo o primeiro Concelho a adotar esta medida foi um Concelho que o Senhor Presidente da Câmara conhece bem, que se trata do Concelho de Guimarães e o qual tem tido um grande dinamismo na execução e no trabalho que tem sido desenvolvido pelo seu Gabinete de Crise, mas, do ponto de vista do Concelho de Caminha que respostas podem ter sobre estas questões.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse para descansar o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Âncora que as equipas de nadadores salvadores não conhecem fronteiras. Portanto, fará a vigilância da praia em toda a sua extensão não concessionada. Pois, nessa matéria também percebeu ali a referência que fez à questão territorial. Disse ainda ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que não é um carro que se tem, é uma moto-quatro. Assim, uma coisa menos forte, pois não pode asseverar que essas marcas de pneus, não possam ser de facto de outra viatura. Logo, teremos que chamar o CSI para perceber se aquela marca é exatamente a mesma dos nossos homens, mas, esta solução pelo menos se encontrará uma maior segurança para as pessoas da nossa terra.

Relativamente ao passadiço da foz do Minho, disse o Senhor Presidente que aquele passadiço está completamente degradado, foi-se tentando manter dentro do possível, trata-se de uma estrutura que torna um trabalho muito angustiante, porque, no mesmo momento que os homens estão a trabalhar já estão outras tábuas a soltarem-se. E, ainda, há pouco tempo numa reunião que teve com os concessionários, onde estavam presentes alguns Presidentes de Junta e numa irritação momentânea assumiu que ia mandar retirar aquele passadiço na sua totalidade e que já não estaria lá este verão. Tem de ser retirado porque é um perigo, mas, asseguram-lhe os técnicos nos dias posteriores insistentemente que fica muitíssimo mais caro, porque, vai-se ter ali uma obra mais pujante a partir de setembro, logo, neste momento, o passadiço é aquele. Não sabe se neste momento se está a fazer reparação ou não, mas o que ficou combinado é que haverá uma reparação permanente dentro do possível ao longo do período. Já se tem uma obra adjudicada na ordem dos 600 mil euros, está à espera do Tribunal de Contas, e trata-se de uma obra que vai permitir fazer a ecovia da marginal de Caminha desde o posto náutico até à Foz do Minho, sendo que o perfil junto à estrada nacional é diferente ao que acabou por elencar. Portanto, teve que engolir as palavras ao dizer que ia mandar retirar aquilo de lá, foi convencido a não o fazer pelos seus técnicos,



Assembleia Municipal de Caminha

não o fez, porque acha que eles porventura têm razão e vai-se ter que aguentar este Verão dentro daquelas condições. Foram retiradas aquelas estruturas que estão mais podres e que faziam as ligações às praias, aquela vai-se fazendo reparações, e espera que estejam a fazer reparações rapidamente naquela área.

Relativamente à iluminação pública, disse o Senhor Presidente que é de facto um problema que os Senhores Presidentes de Junta conhecem bem, levam na cabeça dos fregueses. Ele leva na cabeça dos seus munícipes e dos seus Presidentes de Junta. É uma matéria onde o executivo não tem competência direta. É muito difícil conseguir respostas. O executivo tem tentado encontrar soluções em alguns momentos e conseguem-se encontrar pontualmente em algumas freguesias. Por exemplo, na próxima semana tem um encontro marcado com os responsáveis da EDP e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Moledo que criou através da sua insistência, do seu jeito e da sua forma digamos espaçosa e muito verbalizada, acabou por criar algum atrito com os responsáveis da EDP e vão à noite ao local, espera que não se juntem mais de 20 pessoas, mas, irão estar à noite até às 11 horas a ver aquilo que possa faltar e que é necessário, no entanto, ao longo da reunião e depois da intervenção dos Senhores Presidentes de Junta permitiu-se enviar uma mensagem a um responsável da EDP da região norte a pedir que houvesse uma segunda reunião na linha do que já se fez à uns tempos atrás com os Senhores Presidentes de Junta e marcará essa reunião para meados do mês de Julho, não foi possível marcar para mais cedo, para se tentar encontrar uma solução junto da EDP.

Relativamente à questão que ali o Senhor Deputado Carlos Videira colocou, disse o Senhor Presidente que percebeu e não está em desacordo, e se ele pudesse o debate que se tem nesta Assembleia Municipal passa um determinado tipo de mensagem. E, há também uma mensagem que naturalmente a bancada do PSD quer passar de uma alguma minimização do trabalho que vem sendo desenvolvido no setor do turismo, de uma indústria



Assembleia Municipal de Caminha

que é fundamental. O turismo não é uma brincadeira. Não é um jogo de raquetes. É uma indústria, que cria emprego e é talvez a indústria que mais emprego tem criado nos últimos anos e é ali que o executivo faz aposta. Mas, o executivo também gosta de diversificar. E, para isso é preciso condições. Quando o PSD estiver a debater o orçamento, nesta Câmara Municipal e nesta Assembleia e lhe disser assim. Senhor Presidente corte nas Freguesias ou corte na festa a, b, ou c e guarde 1 milhão de euros ou 2 milhões de euros para comprar terrenos e para infraestruturar, aí sim vai-se falar a sério. A Câmara Municipal como todos sabem que não tem terrenos. A Câmara Municipal tem muitas dificuldades para fazer infraestruturas de terrenos e não existem fundos comunitários, existem neste momento sobretudo para alargamentos e áreas de acolhimento empresarial. E, portanto, neste espírito, tem de se encontrar recursos para fazer as obras que se tem de fazer, pagar as dívidas que se tem de pagar, equilibrar as contas e tem sido difícil equilibra-las e só o consegue fazer com a ajuda das pessoas, que pagam mais impostos. Logo, o executivo tem de tomar opções e nessa opção, esta ideia da diversidade que concorda, que quer, que gostava que houvesse mais empresas, não tem estado na primeira linha porque tem ainda que fazer outras coisas neste momento. Não consegue encontrar 1,2 ou 3 milhões para comprar terrenos e para infraestruturar terrenos. Quando se conseguir, já se fez a primeira parte que é abrir espaço no PDM, para que novos terrenos tenham implantação industrial. Agora, também é verdade que existem espaços industriais abandonados ou não abandonados, mas, que já foram fábricas ou que já foram armazéns e que os proprietários atuais não abrem mão para nenhum investidor que ali venha ao Concelho de Caminha.

No entanto, vocês conseguem elencar espaços de antigas de fábricas, e de armazéns que podem ser ocupados para atividade industrial, criar 20, 30, 40,60 postos de trabalho, aonde são pedidos balúrdios por eles. Ninguém consegue pagar. E, a Câmara aí está numa situação muito difícil. Consegue-se trazer as pessoas, mas não se conseguem segurar mais do que alguns dias.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

Portanto, tem de se fazer esse trabalho em conjunto. Acho que há momentos para tudo. Neste momento a Câmara não consegue retirar do seu orçamento uma fatia que lhe sirva para criar um parque industrial, infraestruturar esse parque industrial. Mas, em breve haverá certamente anúncios demais investimentos na área do turismo, investimentos conjunturais e eventualmente se as coisas correrem bem um investimento estrutural no contexto que pode marcar os próximos anos. O mundo mudou, deu uma volta grande, está com uma virose tremenda e vai-se ter que encontrar soluções. Disse ainda o Senhor Presidente que tem vontade como todos tem para qualquer Concelho, qualquer país tem vontade de diversificar a sua oferta, se falhar uma coisa não falha outra. Mas, não tem esta ideia que o Senhor Deputado tem que se fosse um Concelho industrial, com muitas fábricas que as coisas estavam melhor. Pelo contrário, as fábricas que todos conhecem aqui no Concelho fecharam nos primeiros dias da Pandemia. E fábricas que se conhecem aqui à volta se não fecharam, aproveitaram para mandar muita gente para a rua, cortaram muitos dos salários, em Lay-off e nem sempre muito claros. E, portanto, sobre essa matéria também tem muitas dúvidas se desse ponto de vista, fosse uma coisa fantástica. Tudo tem os seus prós, tudo tem os seus contras. Naquilo que fazem bem, que é potenciar a nossa hospitalidade, a nossa paisagem, as nossas praias, a nossa forma de ser, as nossas tradições, a nossa cultura irão continuar a investir e isso cria emprego como se viu nos últimos anos, quanto ao resto o executivo irá tentar furar, criar mais energias, criar mais oportunidades diversificando aquilo que é a oferta natural do Concelho de Caminha.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) - Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

b) - Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro 2020

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 28 de fevereiro 2020**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) - Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2019

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de junho de dois mil e vinte, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2019**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2019”.

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres



Assembleia Municipal de Caminha

Municípios que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“São hoje apresentadas as contas do exercício de 2019, que o deveriam ter sido em abril, mas tal não foi possível devido à pandemia que afeta não só Portugal, mas o Mundo inteiro.

Finalmente e pela primeira vez, o executivo municipal apresenta um saldo positivo de cerca de 121 mil euros.

Vejamos como foi possível tal milagre.

Para se conseguir este resultado, foi preciso aumentar o preço da água em alguns casos para o dobro. O saneamento seguiu o mesmo rumo. Todos os impostos são cobrados à taxa máxima permitida por lei.

Isto resulta no aumento da receita corrente cobrada referente a água em mais de 430 mil euros; saneamento mais 484 mil euros e IMI mais 737 mil euros. Tudo somado são mais cerca de 1 650 000 euros pagos pelos municípios.

Infelizmente, as despesas também aumentaram em cerca de 2,6 milhões de euros, o que não permitiu reduzir a estratosférica dívida do Município que ultrapassa já o valor de 22, 8 milhões de euros. O valor limite da dívida total permitida por lei no valor de cerca de 20 600 000 euros só não foi ultrapassado graças a um malabarismo contabilístico permitido pela Lei 71/2018 que permite que os empréstimos excecionados e a liquidação da sociedade Polis Litoral Norte não seja tido em linha de conta para o cálculo da dívida total e capacidade de endividamento. Mas não significa que aquelas dívidas não existam, elas existem e mais dia, menos dia terão de ser pagas.

A somar a tudo isto, o prazo médio de pagamento é de 240 dias, ou seja, oito meses, quando o recomendado pelo governo é de 90 dias. Os fornecedores esperam e desesperam para receber o valor das suas faturas o que causa enormes dificuldades de tesouraria nestes tempos extremamente difíceis.

Mas a somar a tudo isto, o valor do passivo do Município atingiu o valor recorde de 41 milhões de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Esta gestão socialista, continua a sobrecarregar o orçamento familiar dos seus concidadãos, deixando-os cada vez mais pobres, e apesar de tudo o Município continua cada vez mais endividado.

Assim não resta outra alternativa à bancada do Partido Social —Democrata que votar contra esta prestação de contas referente ao ano de 2019.

Disse.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“É trazido a esta assembleia um documento que, em números, se resume a um saldo de gerência de 2019 de 762 687,53 € (Operações orçamentais – 24 637,66 € e Operações de tesouraria – 738 049,87 €), a uma execução da receita de 19 387 014,86 €, a uma execução da despesa de 19 362 377,20 € (Percentagem de execução de 75,3% na receita e de 75,2% na despesa) e a um resultado líquido de 121 660,06 €.

O aumento na receita cobrada (receita corrente) assenta sobretudo nos impostos (diretos e indiretos) ao qual não é alheio o aumento dos mesmos, não se traduzindo no aumento de capacidade de cobrança do município, mas antes na aplicação de valores superiores a cobrar. É disso exemplo o IMI. Já nas receitas de capital são as transferências e passivos (empréstimos) que determinam o acréscimo. Mais receita pela via das transferências significa também mais compromissos, competências e mais despesas. Mais passivo, implica maior endividamento, mas saúda-se como positivo os cerca de 1,1 M€ recebidos para projetos de investimento, isso sim mostrando que há iniciativas em curso e investimentos suportados em projetos.

Mas se na receita há aumentos, na despesa também, importando aqui o balanço que afira esta realidade e que pelo documento denota fragilidade financeira.



Assembleia Municipal de Caminha

Ao nível da certificação legal das contas é importante lembrar as reservas do certificador, porquanto refere persistência no município na não implementação de procedimentos do controlo das imobilizações corpóreas e dos bens de domínio público com principal relevo para a dificuldade na correspondência entre os registos matriciais, os registos prediais e os registos financeiros relativos ao imóveis do município, algo para o qual a CDU, desde o primeiro manda deste executivo tem requerido. Persiste igualmente a inclusão de saldo relativo ao Ferryboat negado pelo município de A Guarda. Estranha-se que não tenha sido possível obter as contas de 2019 da Polis Litoral Norte, mais até porque este exercício de prestação de contas de dilatou no tempo. Acrescem ainda os processos judiciais para as quais não há provisões.

No entanto é o próprio certificador que afirma a observância da Lei, não identificando no documento incorreções.

E esta é, de forma resumida a análise dos números, que nada valem sem a análise conceptual política do seu relatório.

O Executivo Camarário dedica seis páginas do Relatório de Gestão ao tema "Economia, Emprego e Desenvolvimento".

Seis páginas onde em tom laudatório o Executivo refere-se única e exclusivamente ao dinamismo e atratividade do Concelho no sector turístico, ignorando olímpicamente a realidade nua e crua que marca o dia-a-dia da esmagadora maioria da população do Concelho de Caminha.

Note-se que a realidade socioeconómica do município de Caminha e a dos Concelhos do Alto Minho, de resto, é bem caracterizado por um simples dado estatístico: o poder de compra médio. Sendo este já de si muito baixo quando comparado com a maioria dos países europeus, nenhum dos 10 Concelhos do Alto Minho ainda conseguiu atingir sequer o poder de compra médio de Portugal. Enquanto Lisboa, por exemplo, atingiu os 219,6%, o Porto 157,8%, Évora 117,3% e Braga 107,54% desse poder de compra médio, Caminha apenas chegou aos 78,9%, mais baixo que os Concelhos à nossa volta (temos Viana do Castelo com 93,5% e Vila Nova de Cerveira com 84,2%).



Assembleia Municipal de Caminha

Estas situações, insuportáveis a nível económico e social, têm de ser rápida e profundamente alteradas.

A avaliar pelo Relatório de Gestão, a resposta encontrada pelo Município para fazer face a este problema estrutural do Concelho centra-se no turismo.

A CDU não ignora que uma resposta efetiva a estes e outros problemas relacionados, dependerá das opções políticas do Governo e Administração Central do Estado, desde logo, promovendo a Regionalização do País, rompendo com a política de direita, colocando o país no caminho da valorização do trabalho e dos trabalhadores, recuperando serviços públicos e sectores de atividade estratégicos para o País. Em suma, aplicando a política patriótica e de esquerda de que o País necessita e que a CDU propõe. Não obstante, há um papel relevante a desempenhar pelo Poder Local no combate a estas injustiças e assimetrias.

Não se vislumbra, quer nesta prestação de contas, quer na ação política da Câmara dos últimos anos nenhuma perspetiva de aprofundamento da política de coesão territorial do Concelho e o desenvolvimento das suas freguesias. Não se vislumbra preocupação com a melhoria significativa dos salários e dos direitos de quem trabalha a fim de que se aumente o consumo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da economia. Assim sendo, tudo permanecerá mais ou menos na mesma, pouco ou nada se alterará.

No Relatório de Atividades e Prestação de Contas do ano de 2019, como é seu dever, faz uma descrição bastante alargada das atividades desenvolvidas, onde refere algumas iniciativas com mérito e trabalhos com relevância para o município, há que o reconhecer.

Mas nada nos diz, porém, quanto a uma estratégia de desenvolvimento sustentado que crie riqueza e elimine, progressivamente, mas com determinação, as assimetrias existentes no Concelho e no distrito.

A análise política que nos compete fazer, tem por base, necessariamente, o confronto entre esta prestação de contas – cujo rigor técnico não questionamos – e este desiderato.



Assembleia Municipal de Caminha

Recordando algumas das intervenções da CDU, dos anos anteriores, e a descrição disponibilizada pelo Executivo sobre as atividades desenvolvidas durante o ano de 2019, verificamos que muitas das preocupações que levantámos ao longo dos últimos anos, devagar, é certo, já foram ou estão a ser concretizadas. Mas afigurasse-nos ser necessário insistir noutros aspetos que, embora levantados pela CDU, desde há muito, ainda aguardam concretização.

No entanto seremos coerentes com a aprovação do plano e orçamento realizado em dezembro de 2018, viabilizando a aprovação do documento que agora presta as respetivas contas, mas não sem salientar as reservas que persistem e que já mereceram a nossa abstenção, em novembro de 2019 para o plano e orçamento de 2020.

Disse.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que se inscreveu neste ponto para convidar os Senhores Secretários e o Senhor Presidente da Mesa para lerem o artigo 22º do Regimento o ponto n.º 3 que diz o seguinte, “A cada grupo municipal caberá, se assim o entender, um período de 3 minutos para réplica política, no final da intervenção do Presidente de Câmara”, quando o Senhor Presidente da Câmara acabou de falar o Partido Socialista teve direito a réplica, através do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Âncora teve direito a três minutos, a seguir a CDU tem direito a três minutos da sua intervenção, e assim que o grupo de PSD resolveu fazer a sua réplica, tinha três minutos para fazer a sua réplica ali com calma e sossegadamente, logo, quando avança cada grupo político para fazer a sua réplica cada um tem três minutos para o fazer, o que assim diz o regimento, e seria bom que o façam sem qualquer tipo de pressão da mesa, portanto, era este o apontamento que ali queria deixar ficar, para o Senhor Presidente da Mesa.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente da Mesa, disse que sabe muito bem a história dos três minutos e que nunca entreviu ou interrompeu antes dos três minutos, para o qual tem a certeza, até porque tem ali um cronometrista que está sempre à sua disposição.

O Senhor Deputado Hugo Martins, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Sobre o documento de prestação de contas de 2019, darei algumas notas breves, desde já o resultado líquido positivo de € 121.660, 06 euros. Alguns dirão que é um resultado pouco simpático, outros dirão que é um milagre, mas factualmente assume um marco importante, pois nos últimos dez anos, é apenas a segunda vez em que o resultado líquido de exercício apresenta valores positivos. As contas de 2019 submetidas a esta assembleia merecem também duas notas que nos devem congratular a todos, a primeira o cumprimento com o equilíbrio orçamental que a legislação determina (a receita cobrada bruta é superior à despesa corrente paga e ao valor das amortizações dos empréstimos) e a segunda, as contas respeitam o limite ao endividamento. Não sendo exaustivo, a autarquia de Caminha efetuou uma despesa total de € 19.362.377,20 em contraponto com uma execução global de receita de € 19.387.014,86. Como uma execução orçamental na ordem dos 75%, demonstrando também um aumento na receita e na despesa relativamente aos últimos anos. A receita aumentou, pelo aumento de IMI aprovado para 2019, pelo ajustamento do preço da água e saneamento ao valor real do serviço e pelo incremento da atividade económica que permitiu, por exemplo, que o IMT (Imposto Municipal de Transação de Imóveis) tenha subido 41% relativamente ao ano anterior.



Assembleia Municipal de Caminha

Podemos verificar que houve uma diminuição da dívida de curto prazo em 1.8 milhões de euros (16,3%) relativamente ao ano anterior. A despesa em investimento foi de 4.6 milhões de euro com o ano transato, em obras como a execução das redes de saneamento de Âncora, Argela e Vilar de Mouros, a requalificação da zona da Sandia e Vista Alegre em Vila Praia de Âncora, a requalificação do Centro Histórico de Caminha, o alargamento da rede de fibra ótica a 75% do Concelho e o início da obra da nova Escola Secundária de Caminha.

A dívida total do Município de Caminha desceu 1.2 milhões de euros (5,5%)

A dívida a fornecedores de curto prazo caiu 1.8 milhões (16,3%)

O Ativo líquido subiu ligeiramente;

O Passivo líquido desceu ligeiramente;

O Prazo Médio de Pagamento desceu, mas não tanto como todos gostaríamos

O princípio do equilíbrio orçamental foi cumprido;

O limite de endividamento foi cumprido.

Tivemos, pela segunda vez em 10 anos, resultados líquidos positivos de exercício.

Os números são globalmente positivos e isso deve-se às opções de decisão deste executivo e ao esforço da população. Não podemos afirmar que os problemas financeiros estão resolvidos, seria uma atitude populista, e estamos aqui todos com a responsabilidade de assumir muitas vezes opções difíceis para o bem comum, e neste capítulo este executivo tem feito um grande esforço na contenção da despesa, permitindo diminuir a dívida da Câmara e cumprir com os limites de endividamento. A estratégia que este executivo liderado por Miguel Alves para resolver o desequilíbrio estrutural da Câmara Municipal ainda é longo, todos teremos que estar comprometidos, saliento que mesmo com estas dificuldades estão a acontecer muitas obras no Concelho por último, e perdoem-me a deselegância fugir ao contexto desta alínea, obrigado S. Presidente, e restantes vereadores, pela resposta às consequências desta pandemia com todo o empenho que estão a demonstrar para a equilibrar as



Assembleia Municipal de Caminha

contas, a baixar a dívida e a incrementar a capacidade de investimento para o futuro.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a baixa tensão que este debate decorreu sobre a prestação de contas, diz tudo sobre contas, Nesta matéria não há milagres, há números e o enquadramento desses números nas suas rubricas, e disse Senhor Deputado Pedro Casal, que não é contabilista, mas, ali não existe nenhum malabarismo contabilístico, não sabe se os contabilistas fazem esses malabarismos, mas, este executivo não entra nesse circo. Aquilo que o executivo faz é registar o dinheiro que entra e o dinheiro que sai nas rubricas corretas, não existe nada a esconder, e é com total transparência que apresentam ali e sem particular satisfação a não ser aquela do dever cumprido. Disse o Senhor Presidente que todos perceberam o que aconteceu nestas contas, o caminho que a Câmara vinha trilhando, tem dito isto ao longo dos anos, logo, é aquilo que dá coerência ao seu discurso. Num primeiro momento a Câmara Municipal teve que conter a despesa até ao limite das suas forças e da capacidade de investimento nas freguesias, instituições e no território, chegou-se a um momento onde conter despesas já não era possível, porque se iria colocar em risco a atividade municipal e houve a necessidade de aumentar receita, fez-se esse aumento através dos impostos, através do aumento do preço da água colocando-a nos valores dos seus próprios custos e através do dinamismo e da economia, este esforço foi da população, não da Câmara Municipal o qual passou por um esforço político que teve que assumir essa coragem, de enfrentar as pessoas e dizer que se precisa desse esforço para equilibrar as contas do Município, logo, elas estão aí e os resultados demonstram esse esforço. Disse ainda o Senhor Presidente que é certo como referiu o Senhor Deputado do PSD esta Câmara pela primeira vez trás um resultado positivo, mas, em 10 anos de exercício e este é apenas o sexto ano de exercício da responsabilidade deste executivo. No entanto, desde que o registo das contas nesta Câmara foram feitas com



Assembleia Municipal de Caminha

auditorias e inspeção normalmente o resultado líquido é negativo e coube a este executivo no momento histórico de resolver o problema de equilíbrio da Câmara Municipal, no entanto, a receita aumentou, mas, não para os 6 milhões de euros como referiu, a despesa aumentou 2.6 milhões de euros, porque se pagaram faturas, e neste momento retirando as faturas que estão no bolo do pedido de empréstimo e que são elas que criam o arrastamento do prazo médio de pagamento, e, neste momento a fornecedores fora do Concelho pagou-se há dias todas as faturas até ao final de fevereiro, e a fornecedores dentro do Concelho todas as faturas até ao final de abril, está-se a tentar cumprir, apesar de se ter aquele peso as costas que está no Plano de Saneamento Financeiro e no pedido de empréstimo que se fez. Disse também o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que a dívida global não subiu, apesar de saber que é uma chatice para vocês, mas, a verdade é que a dívida global do Município desceu 1.2 milhões de euros, sobretudo sustentado na dívida a curto prazo, a médio longo prazo até subiu porque houve vários acordos, mas, a dívida global desceu, e o passivo líquido também desceu, assim como o ativo líquido subiu, e até o prazo médio de pagamento diminuiu, estas são as contas que são fáceis de fazer e as quais estão muito bem explicadas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Robeiro, disse o Senhor Presidente que deu ali uma nota que é verdadeira, que o aumento da receita é sobretudo através dos impostos, como já o referiu ali, mas, existem impostos diferentes, uma coisa é através do IMI, a Câmara Municipal levou ali a proposta da subida da taxa do IMI, e isso aumentou mais receita e o resultado está à vista. Mas, está ali a prova que a economia do Concelho de Caminha em 2019 estava a funcionar, o IMT subiu 41%, o Município teve mais 350 mil euros de receita do que se teve no ano anterior, ou seja, a execução desta rubrica orçamental foi na ordem dos 140%; a Derrama também subiu 13.15%, e até o Imposto Livre de Circulação subiu 4%, ou seja, a economia está a andar bem o que permitiu ter mais receita, mas, o problema Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado é que esta receita trata-se de uma receita virtuosa, porque deriva da dinâmica da economia, trata-se de uma receita que não chega para pagar o aumento de despesas com pessoal que a Câmara Municipal de Caminha teve no ano passado, porque houve um aumento na despesa de pessoal, foi por duas razões, sendo em primeiro lugar, porque se conseguiu consolidar o papel dos precários do Município no quadro da Câmara Municipal de Caminha, o qual o Senhor Deputado o acompanhará na avaliação muito positiva sobre a consolidação deste trabalho destes trabalhadores que estavam numa situação precária no Município; e em segundo lugar, porque se teve que aplicar tudo o que tem a ver com acréscimos remuneratórios que resultou do trabalho muito bem realizado pelo Partido Socialista, o PCP e outras forças à esquerda na Assembleia da República aumentando os salários e remuneração dos trabalhadores, diz até que nestes impostos que derivam da economia consumiu-se o pagamento de todas as medidas que o PCP no País ajudou a tomar também para a Câmara Municipal, resolvido o seu problema, fica o do Senhor Presidente que é pagar todo o resto, as águas, as dívidas, os acordos, as Juntas, as obras e foi por isso que o Município precisava de mais receita, daí o IMI ter aumentado e tudo aquilo que se teve que fazer para se aumentar a receita, logo, não existe nenhum malabarismo, tudo foi muito simples, este foi um ano que correu melhor porque teve-se que aumentar a receita, ajudou a pagar aquilo que se tinha que pagar, melhor do que no ano passado, mas, ainda não se está a um terço do percurso, continua a ser essencial a resposta do Plano de Saneamento Financeiro, continua a ser essencial na questão do empréstimo para se pagar dívidas a fornecedores, continua a ser fundamental a resposta dos privados na PPP e na questão das Piscinas, mas, bem ou mal e isso depende das opiniões, uma questão fundamental como a água do ponto de vista da Câmara Municipal dos números está equilibrada, mas, ainda falta resolver a questão dos mecanismos, como a transferências de competências em encontrar outras soluções, outros meios de financiamento, ou seja, a luta continua Senhor Deputado. Ainda, se terá muitos anos para equilibrar as



Assembleia Municipal de Caminha

contas, elas serão equilibradas mais depressa se o Plano de Saneamento Financeiro for aprovado com os seus dois itens PPP e fornecedores, se isso não for possível, haverá que se encontrar outras soluções.

Disse ainda o Senhor Presidente que este ano no contexto COVID, está a aproveitar em diálogo com os privados da Piscinas, foi solicitado a moratória de pagamento da dívida bancária por parte dos privados e concomitantemente também se solicitou não pagar aquilo que os privados teriam que pagar à banca durante o prazo de um ano, o que vai dar um pequeno alívio dentro destas contas para se poder gerir aquilo que é o apoio à população, apesar de apenas ser uns meses, é sempre uma ajuda.

Por último o Senhor Presidente quer dar uma palavra à sua equipa técnica que trabalha com ele, a todos dos serviços de contabilidades e finanças municipais que ajudam a criar este documento, a encontrar soluções, como para fundos disponíveis, para rubricas orçamentais, soluções para se pagar aos devedores, são eles parte fundamental deste trabalho, ele é apenas aquele que dá a cara, e eles são aqueles que estão por detrás a ajudar a fazer bem o trabalho, e este resultado positivo é também parte do esforço que têm feito ao longo dos anos com ele, e neste momento acaba por ser o Chefe de Divisão deles, pelo que, queria ali publicamente agradecer.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 09 votos contra e 02 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

d) - Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias, com a Exceção da Freguesia de Âncora, e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e vinte, relativa à “**Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias, com a Exceção da Freguesia de Âncora, e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

- A revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias para o ano 2020, com exceção da Freguesia de Âncora, e a atribuição de um subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao montante pecuniário constante nos Protocolos de Apoio às Freguesias para o ano 2020, ora revogado, a saber:

União das freguesias de Argas – Cima Baixo e São João	€ 16.000,00
Freguesia de Argela	€ 16.000,00
União das freguesias de Caminha e Vilarelho	€ 32.000,00
Freguesia de Dem	€ 16.000,00
União das freguesias de Gondar e Orbacém	€ 16.000,00
Freguesia de Lanhelas	€ 21.500,00
União das freguesias de Moledo e Cristelo	€ 25.000,00
Freguesia de Riba de Âncora	€ 21.500,00
Freguesia de Seixas	€ 21.500,00



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

União de freguesias de Venade e Azevedo	€ 21.500,00
Freguesia de Vila Praia de Âncora	€ 37.500,00
Freguesia de Vilar de Mouros	€ 16.000,00
Freguesia de Vile	€ 10.700,00

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Seixas, Rui Ramalhosa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção; “Hoje podemos dizer que nos encontramos num momento histórico do nosso Concelho.

Depois de dois anos consecutivos a serem entregues às Juntas. de Freguesia do Concelho de Caminha os valores dos protocolos para as despesas correntes de 2019 e 2020, que tem vindo a dotar de receitas e liquidez essas mesmas freguesias de forma a não andarem a pedinchar na Tesouraria da Câmara Municipal as verbas necessárias e poder decidir como e onde usar essas verbas, eis que este executivo Camarário nos apresenta a:

Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias, com a Exceção da Freguesia de Âncora, e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados

E o que é que isto quer dizer, minhas senhoras e meus senhores,

Que, sendo este um Subsídio a entregar, antecipadamente, a cada Junta de Freguesia, por revogação dos Protocolos com verbas de apoio às Freguesias, mas que só poderia ser usado para despesas de Capital (ou seja, para obras que deveriam ser fiscalizadas no final pela Câmara Municipal). E essas verbas só seriam entregues às freguesias depois da obra pronta, faturas entregues e fiscalização Camarária.

Agora, esses Subsídios, que serão o equivalente ao recebimento por parte das Juntas do valor acordado para todo o ano de 2020 respeitantes às Despesas



Assembleia Municipal de Caminha

de Capital, ou seja, o valor atribuído a cada freguesia para efetuarem obras, serão entregues, de imediato.

Sabendo que estamos a viver um período excecional devido à pandemia do COVID-19, a Câmara Municipal deliberou fazer a transferência das verbas respetivas, antecipadamente.

No entanto, porque, tratando-se de valores públicos e não acordos de interesses de cada um, esses valores ao ser transformados em subsídios, poderão ser usados por cada Freguesia para os fins que entenderem mais objetivos.

Poderão ser fins sociais, poderão ser fins económicos como poderão ser para fins benefícios da saúde da população, destinadas a colmatar deficiências causadas por esta pandemia.

Porque achamos que é uma excelente forma de enfrentar as dificuldades deste momento e poder fazer frente a um fenómeno que nunca tínhamos enfrentado, iremos votar a favor da:

Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias, com a Exceção da Freguesia de Âncora, e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados

Tenho dito”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a absoluta confiança que tem nas Juntas de Freguesia, sejam elas do partido que forem, com personalidade diferentes com perspetivas completamente dispares, mas uma confiança inabalável que tem no seguinte, ninguém quer mais o bem para as suas Freguesias do que os Presidentes de Junta, apesar da proximidade que um Presidente de Câmara tem sempre, o Presidente de Junta está todos os dias com os seus fregueses, apesar de todos os dias estar com os seus munícipes, existem algumas Freguesias e alguns fregueses passa muito tempo sem poder estar, e é um facto que os Presidentes de Junta merecem o cuidado que a autarquia tem tido, passa o elogio em causa própria. Disse o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente que este executivo comete uma incapacidade do ponto de vista de qualquer um dos Presidentes de Junta de Freguesia, não lhes dá o dinheiro que cada um gostaria de ter para o seu território, mas, existe uma coisa que os Senhores Presidentes de Junta sabem, é que este Presidente de Câmara deixou claro desde o primeiro momento o dinheiro que cada um ia receber de acordo com o critério que foi estabelecido, não existem gingajogas porque é da cor mais parecida com o executivo camarário do Presidente da Câmara, posteriormente conseguiu-se evoluir nesta matéria que foi conseguir antecipar as despesa correntes das Juntas de Freguesia, tem-se feito nos últimos três anos e é uma diferença fundamental daquilo que se fazia antes, é que agora logo no primeiro trimestre consegue-se atribuir um envelope financeira que é gerido pelas Juntas de Freguesia ao longo do ano como eles acham, e este ano sob proposta de alguns Presidentes de Junta de Freguesia que ali estão presentes, vai-se conseguir antecipar aquilo que eram as despesas de capital trazendo o tal momento histórico que ali referiu o Senhor Presidente de Junta de Seixas, é a primeira vez que a meio de um ano as Juntas de Freguesia tem todo o dinheiro que lhes foi atribuído para o ano do lado das freguesias, às vezes não tinham dinheiro e muitas vezes só na melhor das hipóteses só no meio do ano seguinte é que tinham o dinheiro do ano anterior, mas, desta vez não Senhores Presidente de Junta, na verdade confia neles e duvida que haja uma situação similar em algum Município, ou seja, a meio deste ano deste exercício os Senhores Presidentes de Junta tem todo o dinheiro que lhes foi atribuído pela Câmara Municipal nos seus cofres, com a aprovação desta proposta tentará mobilizar a transferência total destes 270 mil euros para o conjunto das freguesias. Ainda disse o Senhor Presidente que para que não fiquem a pensar que está zangado, e pelo qual tem uma grande estima o Senhor Presidente de Junta de Âncora, e isto para dizer que a Freguesia de Âncora não consta ali do mapa, porque já recebeu o seu dinheiro, uma vez que já se lhe pagou as obras que fez na sua Freguesia, sabe que o Senhor Presidente julga que será premiado por ter sido o primeiro a fazer obra. Mas,



Assembleia Municipal de Caminha

sabe que desde a Pedra do Tesal até ao Forte do Cão encontraram um passadiço que os leve a bom porto para resolver os problemas da sua Freguesia.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) - Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica para o Município de Caminha no Âmbito do Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da CIM

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de abril de dois mil e vinte, relativa a **“Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica para o Município de Caminha no Âmbito do Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da CIM”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a **“Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica para o Município de Caminha no Âmbito do Acordo Quadro de**



Assembleia Municipal de Caminha

Eletricidade da Central de Compras da CIM”, já que se prevê que o compromisso para o ano de 2021 seja superior a € 99.759,58.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) - Alteração à Postura de Trânsito na Rua João Alves da Devesa em Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de abril de dois mil e vinte, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito na Rua João Alves da Devesa em Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a implementação de sinalética como se indica:

1. Complementar a sinalética existente (sinal C1 - sentido proibido), junto ao entroncamento com a Av. Dr. Ramos Pereira, coma colocação de uma placa adicional modelo 10ª com a inscrição “exceto RSU” e sinal G2a (zona de estacionamento proibido);



Assembleia Municipal de Caminha

2. Colocação e sinal G2a (zona de estacionamento proibido) rua João Alves da Devesa, perpendicularmente ao eixo da via, no lado direito do sentido de trânsito, junto ao cruzamento com a rua Laureano Brito.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU nesta matéria de posturas de trânsito acompanha genericamente aquilo que são as indicações dos Presidentes de Junta e não o fará de forma diferente neste ponto da ordem de trabalhos. A única questão que ali gostariam de deixar para pensamento futuro, é que esta alteração pressupõe o total impedimento de estacionamento naquela artéria. A avenida já de si tem perdido imensos lugares de estacionamento; as artérias que dão acesso à avenida estão a perder lugares de estacionamento; os parques de estacionamento que foram criados, estão muitas vezes indevidamente ocupados pelas autocaravanas; e uma vez mais está a suprir-se lugares de estacionamento. É importante que haja fluidez de trânsito nesta zona e por isso devem criar-se soluções para que as pessoas que se deslocam a esta zona tenham onde estacionar os carros. Concluiu dizendo que, com estes alertas, seguiriam aquela que é a indicação da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Disse.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

g) - Alteração à Postura de Trânsito de Paragem e Estacionamento em Caminha e Vilarelho; Moledo e Cristelo e Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte, relativa à “**Alteração à Postura de Trânsito de Paragem e Estacionamento em Caminha e Vilarelho; Moledo e Cristelo e Vila Praia de Âncora**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a implementação de zonas de paragem e estacionamento proibido a veículos com comprimento superior a 5,0 metros, com a implementação da sinalética correspondente, nos seguintes locais de estacionamento autorizado:

Na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho:

- Largo da Feira e zonas de estacionamento envolventes;
- Estrada de acesso à foz do rio Minho e zonas de estacionamento envolventes;
- Estrada interior entre o acesso ao Parque de Campismo e a estrada de acesso ao rio Minho;
- Zona de estacionamento envolvente ao Parque de estacionamento do Estádio Morber;
- Zona de estacionamento envolvente ao Tribunal Judicial de Caminha;
- Zona de estacionamento envolvente ao cais do Ferryboat;

Na União de Freguesias de Moledo e Cristelo:

- Avenida da Senhora Ao Pé da Cruz e zonas de estacionamento envolventes;



Assembleia Municipal de Caminha

- Rua 25 de Abril e zonas de estacionamento envolventes;
- Rua da Fontela e zonas de estacionamento envolventes;
- Rua dos Poços e zonas de estacionamento envolventes;
- Rua Carlos Seixo e zonas de estacionamento envolventes;
- Rua da Estrada Real e zonas de estacionamento envolventes;

Na freguesia de Vila Praia de Âncora:

- Caminho de acesso à capela de Santo Isidoro;
- Avenida do Campo do Castelo e zonas de estacionamento envolventes;
- Zonas de estacionamento ao longo da Av. do Campo do Castelo;
- Avenida Dr. Ramos Pereira e zonas de estacionamento envolventes;

Sem prejuízo do exposto anteriormente relativamente a veículos com comprimento superior a 5,0 metros há, porém, veículos que quer pelas características dos seus ocupantes, quer pelas características da atividade que a o transporte pertence se deve permitir o estacionamento em certas zonas.

Assim, somos da opinião de que os veículos de transporte coletivo de passageiros e os veículos de transporte de mercadorias devem ser excecionados da proibição de paragem e estacionamento no largo da Feira, e no parque de estacionamento da zona envolvente ao Estádio Morber, na união de freguesias de Caminha e Vilarelho.

As exceções referidas justificam-se não só pela escassez de espaços para estacionamento de veículos com as características indicadas, mas também pela natureza da atividade a que se destina o transporte, nomeadamente o turismo e as atividades comerciais que são essenciais e estratégicas para o desenvolvimento do Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Para efetivar a postura de estacionamento proposta para a generalidade dos locais indicados é necessário implementar a seguinte sinalética vertical: sinal de zona de paragem e estacionamento proibidos, sinal G3, acompanhado de painel adicional modelo 14 com a indicação “*veículos com comprimento superior a 5,0 m*” e painel adicional modelo 14 com a indicação “*sujeito a reboque*”, conforme indicado na figura 1.



Figura 1 – Sinalética a implementar na generalidade dos locais.



Figura 2 - Sinalética a implementar no largo da Feira e envolvente ao Estádio Morber.

Para efetivar a postura de estacionamento proposta para o largo da Feira e para a zona envolvente ao estádio Morber é necessário implementar a seguinte sinalética vertical: sinal de zona de paragem e estacionamento proibidos, sinal G3, acompanhado de painel adicional modelo 14 com a indicação “*veículos com comprimento superior a 5,0 m*”, painel adicional modelo 14 com a indicação “*exceto transportes coletivos e de mercadorias*” e painel adicional modelo 14 com a indicação “*sujeito a reboque*”, conforme indicado na figura 2. A sinalética referida deve ser colocada em todas as entradas das zonas de estacionamento indicadas e no início dos arruamentos em cada sentido de trânsito. Os sinais devem ser colocados em local visível junto ao passeio e



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

perpendicularmente ao sentido de trânsito ou à entrada dos parques de estacionamento.

Em anexo apresentam-se foto mapas com a indicação das zonas ou locais onde se propõe a implementação das medidas indicadas e dos locais específicos onde a sinalética deve ser colocada, e que faz parte integrante da proposta.

Anexo I – União de Freguesias de Caminha e Vilarelho



Fotomapa 01 – Largo da Feira e zona envolvente



Assembleia Municipal de Caminha



Fotomapa 02 – Estrada de acesso à foz do Minho e envolvente ao Estádio Morber



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Anexo II – União de Freguesias de Moledo e Cristelo



Fotomapa 03 – Avenida da Senhora Ao Pé da Cruz



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signatures in blue ink]



Fotomapa 04 – Rua 25 de Abril e rua da Fontela



Assembleia Municipal de Caminha



Fotomapa 05 – Rua da Estrada Real, Rua dos Poços e rua Carlos Seixo



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Anexo III – Freguesia de Vila Praia de Âncora



Fotomapa 06 – Arruamento de acesso à Capela de Santo Isidoro



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signatures in blue ink, including a stylized 'H' and 'D' and a signature that appears to be 'S'.



Fotomapa 07 – Avenida do Campo do Castelo



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signatures in blue ink]



Fotomapa 08 – Avenida do Campo do Castelo, Av. Dr. Ramos Pereira e zonas envolventes



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]



Fotomapa 09 – Av. Dr. Ramos Pereira e zonas envolventes



Assembleia Municipal de Caminha

LEGENDA DOS FOTOMAPAS APRESENTADOS:



veículos com
comprimento
superior a 5,0m

sujeito a reboque

(A)



veículos com
comprimento
superior a 5,0m

excepto
transportes coletivos
e de mercadorias

sujeito a reboque

(B)

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que a Junta de Freguesia vai votar contra esta proposta por uma simples razão, é que não foram ouvidos, não deram o seu parecer sobre esta matéria, por isso vão votar contra.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que como grupo normalmente seguem as indicações dos Presidentes de Junta. O Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora é contra esta proposta o grupo do PSD é contra esta proposta.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que se as Juntas de Freguesias não foram ouvidas, deveriam ter sido ouvidas, pois tinha a convicção que os serviços tinham ouvido as Juntas de Freguesia, e pede desculpa. Mas, aquilo que ali se está a tratar é de proibir os veículos de um determinado comprimento, que encaixa exatamente naquilo que todos



Assembleia Municipal de Caminha

conhecem que são as autocaravanas, e aquilo que o executivo pretende com esta medida é poder resolver alguns problemas de estacionamento em algumas zonas de Caminha, Moledo e Vila Praia de Âncora, que precisam de ter o estacionamento no serviço à restauração, praia e residências e que muitas das vezes no Verão são ocupadas pelas autocaravanas sem critério. Existem diversos casos, por exemplo, no campo da feira em Caminha em qualquer final de tarde de Verão tem 30, 40 ou 50 autocaravanas a ocupar espaço, e ainda, no parque de estacionamento do Campo de Futebol Morber, ao lado do parque de campismo que tem como negócio alugar espaços para as autocaravanas, tem ali uma zona onde as autocaravanas estacionam sem qualquer critério e sem as condições para que as autocaravanas possam ter as comunidades para os próprios e também por uso fruto do espaço dos outros. O mesmo se passa com os espaços criados das autocaravanas em Moledo, junto á praia, na Rua de Fontela, na Estrada Real ou na Rua 25 de Abril, e em Vila Praia de Âncora com os mesmo propósito nas zonas de acesso à Capela de St.º Isidoro e nas zonas envolvente do Campo do Castelo, no entanto, com esta medida, o executivo não quer criar nenhum problema com as autocaravanas as quais são bem vindas ao Concelho de Caminha e por isso existe uma estação em Vila Praia de Âncora que as recebe e que cria condições para que possam fazer a sua higiene, e aquilo que se tem que fazer é colocá-las nos espaços aonde possam ter mais condições, dando mais condições de estacionamento as pessoas que vão aos restaurantes, à praia, ao comércio e etc., existem situações de estacionamento que não permite espaço para mais nada, e foi este o propósito da Câmara Municipal depois de muitas queixas, de muitas empresas a pedir ajuda e de muitos moradores a solicitar esta medida.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 11 votos contra e 02 abstenções.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto, esclarecendo previamente que esta é relativa ao voto contra no ponto e não à minuta. Mais disse que disse que a CDU acompanha os Presidentes de Junta nestas matérias e que pena foi que a Mesa não tenha deixado intervir a CDU no momento oportuno para solicitar a participação dos Presidentes de Junta envolvidos nesta matéria. O Secretário da Mesa, João Silva, interrompeu a declaração de voto com a acusação “Seja honesto”, dirigida ao eleito da CDU. De imediato o eleito da CDU dirigiu-se à Mesa não admitindo que esta o acuse de desonestidade, aconselhando o Secretário da Mesa a medir as palavras que utiliza, sugerindo que se não as sabe utilizar, então não as utiliza. Mais disse, face à solicitação do Presidente da Mesa para terminar a questão, que a Mesa é que está a criar a situação e que já não é a primeira vez que o faz.

Retomou a declaração de voto reafirmando que a CDU respeita os Presidentes de Junta e, embora reconheçam que a Câmara Municipal apresenta ali respostas a alguns anseios que também são seus, não conseguem sobrepor essa sua vontade ao respeito institucional, que é respeito relativamente às Juntas de Freguesia. Por isso não poderiam votar a favor.

Disse.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) - Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte S.A.

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de dezoito de junho de dois mil e



Assembleia Municipal de Caminha

vinte, relativa ao “**Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte S.A.**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim, nos termos do art.º 83.º, da Lei n.º114/2017, de 29 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, as autarquias locais que tivessem dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos podiam celebrar acordos de pagamento, e tendo nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Com a entrada em vigor do artigo 6º da Lei n.º 4-B/2020 de 6 de abril, que estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, foi aprovada a norma legal que permitirá aos membros do governo a emissão do necessário despacho conjunto relativamente aos Municípios, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo autorize a celebração de um novo “Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte S.A.”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Em diversas latitudes e longitudes do nosso planeta, existem diversos governantes que tentam aproveitar as medidas excecionais entretanto criadas para contornar a pandemia do coronavírus, para implementar medidas que de alguma maneira colocam a Democracia em perigo. E, há também executivos, como o Executivo de Caminha, que deseja aproveitar estas medidas excecionais aplicadas no nosso País, para corrigir a gestão financeira desastrosa e ruínosa, que tem efetuado ao longo destes anos. Este assunto já foi denunciado pelos nossos Vereadores em reunião de Câmara, mas em todo o caso, e para ficar em ata, convém esclarecer que:



Assembleia Municipal de Caminha

- Em fevereiro de 2019 já tinha sido aprovado um acordo para cessação de créditos ao Banco Europeu de Investimentos (BEI) que, segundo agora se sabe, nunca foi efetivado.
 - O Município de Caminha declarou, em acordo, informações que não correspondiam à verdade em relação aos limites de endividamento financeiro.
 - Como o Município de Caminha não cumpriu os limites de endividamento, teria de obter um despacho conjunto dos membros do Governo para concretizar essa cessão de créditos.
 - À data, nenhum membro do Governo se responsabilizou pela decisão do Executivo da Câmara de Caminha, para cessão de Créditos ao Bando Europeu de Investimentos.
 - Ao abrigo do Covid 19 surge a Lei 4-B/2020, de 06 de abril, que permite aos membros do Governo a emissão de despachos conjuntos relativamente aos Municípios que não cumpram os limites de endividamento.
 - Esta norma legal foi feita de forma excecional no âmbito da pandemia da Doença Covid 19, com o pressuposto de apoiar os Municípios sempre que estivesse em causa a realização de despesas com apoios sociais, aquisição de equipamentos de saúde e outras de medida de combate à pandemia.
- O Executivo de Caminha deixou de pagar a água à Companhia desde abril de 2014.
- O Município de Caminha tenta enquadrar a dívida da água anterior a 2020, violando os pressupostos que foram criados na Lei 4-B de 06 de Abril de 2020.
 - Não o consegue, porque nenhum membro do Governo se atreve a violar a Lei, porque sabem que Caminha não cumpriu os limites de endividamento previstos, nos anos de 2017, 2018 e 2019.
 - Fica assim desmascarada uma tentativa forçada de aproveitamento da pandemia do Covid 19 para celebrar novos acordos sem terem de passar pela fiscalização prévia do Tribunal de Contas, usando somente despachos dos membros do Governo ao abrigo desta norma excecional.



Assembleia Municipal de Caminha

Consideramos tal procedimento ilegal e imoral, pelo que, o denunciaremos nas devidas instâncias superiores.

Obviamente, votamos contra.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Quando foi trazido a esta assembleia o acordo de regularização da dívida à Águas do Norte, SA, há mais de um ano, julgámo-lo indiferente no sentido em que seria um acordo para ser substituído por novos acordos.

Em todos os documentos que são trazidos a esta assembleia, é também norma de aceitação tácita da verdade dos mesmos e do seu conteúdo. E não é a primeira vez que afirmamos isso mesmo: Aqui apenas nos pronunciamos sobre os documentos que nos chegam, e damos-os como verdadeiros.

Aquilo que hoje nos chega é por isso um dado novo. Por um lado, não se trata de um novo acordo, como prevíamos; por outro lado, a razão que está na base deste ponto da ordem de trabalhos é uma declaração, feita à data da celebração do primeiro acordo, aparentemente, não ter correspondido à verdade. Não que esta questão do limite ao endividamento nunca se tenha colocado. Antes pelo contrário. Em 12 anos de mandato do PSD era tema anual, afirmando o executivo de então que estávamos sempre abaixo do limite. No rodízio da eleição, passamos para o PS, que já vai no seu segundo mandato, e a situação é a mesma.

No entanto agora esta questão ultrapassou a simples afirmação nesta assembleia e nas reuniões de Câmara para ter efeitos mais concretos, como na situação em apreço.

No plano formal, reconhecida a dívida até ao final do ano de 2019, obriga-se à celebração de acordo posterior a 2019, ou seja, 2020, o que facilmente se entende. No entanto no plano político trata-se de um remendo que deixa rasto. E isso é importante ser esclarecido.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Miguel Alves'.

Assembleia Municipal de Caminha

Não pode o executivo camarário insistir em contar constantemente com a sua maioria nesta assembleia para emendar erros ou omissões, para além de fazer depender sempre dos eleitos do PS a aprovação de medidas mais cinzentas. O PS, tanto na liderança da Câmara como em maioria nesta assembleia, não pode esquecer que aqui praticamos uma democracia representativa.

Por isso aguardaremos as melhores explicações do sr. Presidente da Câmara Municipal para tomarmos a decisão sobre a intenção de voto, que numa análise política primária merece, salvo melhores explicações, uma chamada de atenção, mas também não ignoramos que o município não poderá ser prejudicado, debilitando ainda mais a sua situação financeira.

Numa nota final queremos ainda salientar algo que transpira deste ponto da ordem de trabalhos. É que o reconhecimento deste nível de endividamento testemunha que o modelo seguido neste município, quer com a gestão do PSD, quer com a atual gestão do PS, tem sido incapaz que melhorar a nossa condição e prevê-se um futuro preocupante. É previsível neste quadro que venham a diminuir as transferências do Estado, e que por isso mesmo tenha sido precipitado o município de Caminha ter assumido transferências de competências que o levarão a mais dificuldades. O estado de endividamento do município limita o acesso a fontes de financiamento o que se traduzirá na menor capacidade de investimento e com isso a diminuição da concretização de projetos que poderiam aumentar o nosso nível de vida e ir resolvendo os problemas financeiros do Concelho de Caminha. Por isso, mais que fazer um novo acordo, que mais não é que um exercício burocrático, fica a pairar sobre o nosso território o anátema do comprometimento financeiro que nos poderá levar a crises ainda mais profundas. Esperemos estar errados, porque esse é um cenário que não desejamos.

Disse.”

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, disse que é inacreditável alguma linguagem que alguns Deputados usam nesta Assembleia Municipal, a



Assembleia Municipal de Caminha

perante suspeição, ou permanente ataque, é algo que não favorece nem beneficia a democracia nem o debate, porque o Senhor Deputado não leu a proposta, pois de certeza que não diria aquilo que ali disse, e até mesmo os Senhores Vereadores na Câmara já perceberam que levam resposta e optaram por fazer declarações de voto, não fazem o debate, mas, isso não pode ser assim, e dizem que esta Câmara se está a aproveitar de legislação no âmbito do COVID, contudo, passa a explicar. Disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal entendeu fazer um acordo para pagamento de dívida de águas muita dela que vem do tempo do PSD, e chegou a um acordo com as Águas do Norte, um acordo por cinco anos, o PPD votou contra um acordo para pagar a dívida que deixou, nesse momento a CDU disse algo que tinha toda a razão, a CDU disse à Câmara que nunca vai poder cumprir esse acordo, e nesse momento o Senhor Presidente pediu para se ter calma que esta matéria ainda irá dar num novo acordo, porque tinha dialogado com as Águas do Norte e que tinham uma aberta por parte do Estado que permitisse abrir a 30 anos este acordo, logo de seguida, veio o segundo acordo, o qual já apontava para 30 anos. Nesse momento o Senhor Deputado fez menção, e disse que estavam um pouco mais felizes, mas, ainda tinha a expectativa de que se possa fazer a sessão de crédito de modo a que a Câmara não fique a dever às Águas do Norte, mas, a um banco para assim se poder baixar os juros que se tem que pagar juntamente com o capital. Disse ainda o Senhor Presidente que no ano transato não conseguiram fazer essa transmissão de crédito, porque o Município de Caminha tinha ultrapassado o limite do endividamento, mas, quando a Câmara declarou que iria cumprir o limite do endividamento fê-lo a 25 fevereiro de 2019, foi então que a Câmara soube que não cumpria o limite de endividamento quando fez as contas e em abril desse mesmo ano percebeu e declarou publicamente que não tinha cumprido o limite de endividamento. O executivo não mente, criou naquele momento as condições eventualmente arriscando que iriam cumprir com limite de endividamento e não se fez por muito pouco, mas, não se fez. Mesmo assim,



Assembleia Municipal de Caminha

havia uma possibilidade em aberto, havia um despacho do próprio Governo que no contexto da lei do Orçamento, permitia fazer este acordo excecionalmente, apesar de não se ter cumprido o limite do endividamento, mas, esse despacho nunca aconteceu. E, este ano o assunto veio outra vez, mas, com uma diferença está-se a debater esta matéria em junho, o Orçamento de Estado foi aprovado mais cedo e hoje já se sabe que o despacho permite fazer esse acordo excecionando ao limite de endividamento, e qual é o busílis da questão é que o Município não vai usar esse despacho, porque cumpriu o limite do endividamento. E, está hoje ali para se aprovar, porque é necessário que este acordo seja feito este ano por reconhecimento de dívida daquelas contas para se poder fazer a sessão, não basta a aprovação de 2019. Tem que se aprovar em 2020, porque em 2019 tinha-se o problema do limite de endividamento e não se tinha a exceção. Torna-se um pouco complexo, mas, está claro como a água que não existe nenhum aproveitamento e aquilo que se faz é apenas a tentativa de baixar a despesa da Câmara para se pagar menos juros. Contudo, mesmo que se estivesse a não cumprir o limite de endividamento, e se estiver a aproveitar de algo que é uma lei da República que permite excecionar esta matéria de acordo com um despacho, não se estava a fazer nenhum aproveitamento, estar-se-ia num contexto legal a fazer um acordo que permite que as pessoas do Concelho de Caminha, paguem menos pela dívida das águas que os dois executivos deixaram as pessoas, é disso que se trata. Logo, podem fazer as queixas que quiserem, porque ninguém está a fazer nenhum truque e isso só será vergonha do PSD com a resposta que terão á altura de todas as instituições.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 11 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) - Balanço da Atividade dos Primeiros Seis Meses do Funcionamento “Águas do Alto Minho”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Não seriam necessários estes seis meses para, em início de discussão, afirmarmos um balanço negativo do serviço e das bases sociais e económicas da Águas do Alto Minho (ADAM).

Há quase um ano e meio, em Assembleia Municipal realizada em Vila Praia de Âncora, numa sessão em que consideramos que se deveria ter chumbado a proposta do executivo de entregar a água à ADAM, muitos dos que votaram favoravelmente a intenção da câmara Municipal, e foram na verdade os eleitos do Partido Socialista, tinham seguramente uma ideia distinta do que seria a ADAM. Mas bastou o primeiro mês para se constatar o insólito. Não só o agravamento no custo das respetivas tarifas de abastecimento, como também a cobrança abusiva de consumos, estrategicamente consolidados em balizas temporais que lesaram os munícipes do Concelho de Caminha e de todos os municípios aderentes. Disso fizemos já este ano saber a esta assembleia, à qual apresentamos a evidência de cobranças de consumos de dezembro a preços Janeiro.

Daí para cá crescem sucessivos e diversos problemas na prestação deste serviço público, suscitando as mais amplas e justificadas reclamações dos utentes e ainda um coro de críticas dos responsáveis autárquicos de vários municípios e das suas populações.



Assembleia Municipal de Caminha

A CDU verifica que, nestes últimos meses, o funcionamento da ADAM causou preocupação, ansiedade e ainda o temor de dificuldades financeiras à vida de muitos munícipes. Ou seja, o desenrolar e evoluir dos acontecimentos confirmou a justeza da opção tomada pela CDU, quando votou contra a concessão deliberada, por maioria, nesta Assembleia Municipal.

A forma inadequada de funcionamento da ADAM, permite concluir, com segurança, o encarecimento progressivo e inexorável do tarifário da água que irá recair sobre os consumidores, sobrecarregando os já débeis orçamentos familiares.

Esta situação exige que se apurem responsabilidades, ao nível da gestão da administração, bem ainda ao nível dos responsáveis pela opção política tomada. Algo que já deveria ter acontecido e que a CDU exige, em nome da transparência do poder democrático.

É entendimento da CDU que o dano causado, que dura há vários meses, deve ser motivo para reflexão, não apenas sobre os erros na faturação, o aumento das tarifas, a falta de resposta às reclamações dos utentes, mas, sobretudo, para corrigir a opção tomada da concessão da gestão da água pública à ADAM.

Opção esta que a população não entende, nomeadamente, porque os Serviços Municipalizados, prestaram, ao longo de décadas, um serviço capaz, e porque ao longo dos anos houve investimento municipal que agora foi entregue a uma empresa.

Como a CDU tem afirmado e a história recente nos tem demonstrado, processos semelhantes têm acabado em negócios de privatização de contornos pouco claros. E não vale o executivo escudar-se no cariz público da Águas de Portugal, porque sabe bem qual é a consequência da concentração do setor nesta empresa. O interesse privado não quer parcelas da água, mas sim a água no todo, e é para isso que a estratégia com mais de 20 anos foi montada.



Assembleia Municipal de Caminha

Com o modelo de gestão adotado, estão a ser criadas as condições propícias à privatização da água que será, por certo, um negócio proveitoso e apetitoso para alguns, mas obviamente danoso para todos os munícipes consumidores. (vejam os casos da EDP ou dos CTT)

Não é também menos relevante a total letargia e indiferença da administração. Até ao dia de hoje não foi recebida faturação atualizada. Aliás, a última fatura recebida foi em abril embora os consumos dissessem respeito ao início de março. Significa que neste momento há pelo menos dois meses e meio sem faturação e sem cobrança, sendo de questionar como e quando se pagará essa faturação. Como e quando poderão descansar os munícipes sem o fantasma de uma cobrança excessiva a pairar no ar, porque na sua qualidade, os munícipes sabem que terão um dia que pagar a água de estão a consumir, mas que não lhe está a ser cobrada.

E de nada vale esperar políticas sociais desta empresa. Se dúvidas houvesse, partilho com esta assembleia, em relato, que a 15 de março, em pleno início dos constrangimentos causados pela pandemia COVID-19 em Portugal, contactei a administração da ADAM, tendo-lhe feito saber, entre outros considerandos, e cito "Sendo a água um bem público essencial à vida, competindo-vos a gestão da mesma... queiram Vs. Exas. equacionar, nas medidas de responsabilidade social da empresa, a possibilidade de garantir que a cobrança de água se fará apenas pelo primeiro escalão, independentemente do consumo verificado, ou mesmo, em situações mais particulares, a isenção de pagamento". Por não acusarem a receção do email enviado, voltei ao contacto a 18 de março com o mesmo propósito. Recebi resposta apenas a 24 de abril, mais de um mês depois, e sem mais é-me comunicado o seguinte (cito):" a Águas do Alto Minho, S.A., através da subsidiação dos sete Municípios parceiros, irá isentar as tarifas fixas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais para utilizadores não-domésticos com contadores até 25 mm de diâmetro, tendo em conta a vulnerabilidade e da debilidade económica que está a afetar as empresas do



Assembleia Municipal de Caminha

Alto Minho na sequência da declaração de Estado de Emergência no combate à Pandemia do Covid-19. Esta isenção é aplicável aos consumos realizados em março, abril e maio de 2020 e incidirá igualmente nas tarifas fixas de resíduos sólidos.

Por último, informamos que, até junho de 2020, a Águas do Alto Minho não fará cortes de água e irá disponibilizar a possibilidade de os clientes solicitarem o pagamento em prestações sem aplicação de juros”

Ora, em abril anunciam que irão isentar precisamente o tecido empresarial que se encontrava fechado pelo estado de emergência, mas continuaria a cobrar aos clientes particulares, aqueles que por estarem em confinamento em casa duplicaram ou triplicaram os seus consumos. Por outro lado, em vez de apresentarem uma medida social de apoio transversal, obrigam os clientes a solicitarem o pagamento em prestações sem juros. Esta última nota previne aquela que será a intenção com o atraso da faturação. Ou seja, quando toda a cobrança cair em cima dos munícipes do Concelho de Caminha, ou pagam, ou solicitam pagamento faseado. E tudo isto porque esta empresa não tem uma política social consolidada e é indiferente aos seus próprios erros.

O que não nos parece correto é que também esta assembleia emende erros com erros, sendo por isso importante que deste balanço surjam decisões.

A questão de fundo que importa resolver, em benefício dos munícipes de Caminha, mas também dos de todos os municípios aderentes, é a de fazer regressar este serviço público à gestão municipal, donde nunca deveria ter saído.

Esta é a única forma de impedir a sua progressiva degradação e eliminar o risco de uma possível e imperdoável privatização da gestão do serviço de água pública.

A CDU considera que devem ser criadas condições para facilitar e operar-se a remunicipalização do serviço de água concessionado e por isso completa a sua intervenção entregando uma recomendação que a seguir se apresenta.”



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida, após aceitação do Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado leu a recomendação:

“Considerando:

1. Que a Assembleia Municipal de Caminha não pode ser indiferente à população que elegeu os seus membros;
2. Que é claro e inequívoco que a empresa não serve as necessidades do território e a população do Concelho de Caminha, em particular;
3. Que muitos dos que votaram favoravelmente esta concessão, somam-se, hoje, ao coro das críticas.
4. Que o executivo camarário não pode ignorar que a questão fundamental que importa resolver é a urgente necessidade de reverter a concessão.

A Assembleia Municipal de Caminha delibera recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Caminha:

1. Que inicie um estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica de reversão da concessão das águas, à gestão municipal;
2. Que agende, em acordo com a Assembleia Municipal de Caminha, a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, cujo o único ponto da “Ordem de Trabalhos” seja a apresentação, para debate, do estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica de reversão da concessão das águas, à gestão municipal.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que apesar de ali ter uma intervenção para ler, abstém-se de a ler e subscreve na íntegra a intervenção que ali fez o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;



Assembleia Municipal de Caminha

“O Partido Socialista tem conhecimento do que tem sido os últimos tempos da recente empresa pública “Águas do Alto Minho”, relativamente aos contratemplos técnicos.

Mas o essencial sobre este modelo de gestão de água e sobre esta empresa pública criada entre os municípios do Alto Minho e o grupo “Águas de Portugal” já foi debatido em várias assembleias anteriores e aprovada a sua constituição a 29 de junho 2018.

As premissas debatidas e que levaram a essa constituição foram:

- A necessidade de as autarquias encontrarem respostas à Sustentabilidade da Água, sobretudo a manutenção das redes e a melhoria da eficiência do ciclo urbano da água, mas também a gestão dos recursos financeiros, os quais poderão ser direcionados para outros investimentos no nosso Concelho;
- A necessidade de investir nas Redes de Água e Saneamento, que sem esta parceria seria impossível, por falta de recursos técnicos, mas sobretudo por falta de enquadramento nas condições de acesso para acedermos aos fundos Europeus;
- A necessidade de garantir que a qualidade da água que consumimos é de facto de Alto Nível. As preocupações com a saúde pública levaram a que a regulamentação Nacional e Europeia imponha normas cada vez mais apertadas de controlo e qualidade, nomeadamente nos parâmetros do alumínio, da legionela ou da radioatividade. Com esta garantia, queremos que os nossos munícipes possam beneficiar de uma melhor qualidade e de uma maior esperança de vida.

Foram estas premissas que nos levaram a integrar esta parceria com ambição de futuro. Parceria esta que traz grandes vantagens aos munícipes.

A existência desta parceria entre o grupo “Águas de Portugal”, 100% pública, e os municípios de diferentes áreas partidárias – PS, PSD, CDU e um independente – é demonstrativo que não é uma escolha ideológica.



Assembleia Municipal de Caminha

A empresa iniciou a sua atividade em janeiro, há apenas seis meses e, como sabemos, passados dois meses surgiu a atual pandemia, dificultando ainda mais o arranque desta nova empresa pública.

Contudo, nunca faltou água aos munícipes e todos os requisitos foram e continuam a ser cumpridos.

E nisto temos de estar todos de acordo.

O modelo adotado com esta empresa replica os modelos de outros locais do nosso país, como por exemplo as “Águas Públicas do Alentejo”, formada em 2009, e creio que o deputado Joaquim Celestino conhecerá, pois muitos dos municípios que a integram foram, e são, do Partido Comunista.

O Partido Socialista tem a certeza que o modelo anterior não era o mais adequado para a gestão da água e também não está de acordo com a sua privatização, como parece que alguns desejam.

Este modelo de gestão causa muita controvérsia, mas façamos uma analogia:

A Democracia não é um modelo perfeito. Mas é o melhor de todos os que conhecemos.

Tenho dito.”

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que esteve presente na reunião de líderes e aquilo que ficou acordado, foi debater-se este ponto e foi dito que ninguém iria apresentar nenhuma proposta de deliberação ou de recomendação. Entende que se queira discutir este ponto, mas, não entende a surpresa que ali foi prestada, e, portanto, não gostou daquilo que ali foi apresentado.

Disse o Senhor Presidente de Junta, que se deve passar áquilo que foi acordado, deve-se fazer um balanço sobre a atuação desta empresa, e passaram seis meses de atuação de uma empresa num contexto difícil, de integração de vários sistemas de água de vários Municípios, é uma empresa pública que gere água pública, e isso devem saber. E como autarca tem tido algum contacto com a empresa, e sempre que solicita para o seu território, esta



Assembleia Municipal de Caminha

empresa tem dado uma resposta eficaz, sendo certo que com muita ajuda dos trabalhadores da Câmara Municipal, mas, não vai escamotear aquilo que tem corrido mal, é uma evidencia para todos que a faturação tem corrido muito mal, e esses erros de faturação tem minado muita da confiança que uma situação de gestão de água tem que trazer aos munícipes, e não percebe como uma empresa não tem um mecanismo que detete anomalias, por exemplo, como aquelas que foram publicitadas não podem acontecer. No entanto, o Senhor Presidente de Junta está convicto que com a ação conjunta dos municípios esses erros de faturação irão ser corrigidos. E o modelo de gestão de água que agrega municípios, junta as Águas de Portugal, junta a sua sinergia numa gestão pública, é um modelo em que acredita, não acredita em que cada Câmara Municipal gera a sua água, isso é reprodutor de injustiça, porque, aquelas Câmaras com maior poder económico irão ter melhor investimento, e os seus munícipes irão estar mais favorecidos, pelo que acredita na causa pública para todos, e é por isso que se tem que recuperar a confiança, a alternativa é a privatização, mas, a privatização isso não o quer, porque a água é um bem público e tem que ser gerido com sinergias por municípios, e acredita na gestão pública dos municípios com as Águas de Portugal, não acredita na sua privatização.

Caro, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que ali se tem que colocar é a discussão da água, não pode ser erros de faturação, a discussão da água no futuro que ali quer ver na Assembleia é investimento, é qualidade, é progresso.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Seixas, Rui Ramalhosa, disse que se está ali a discutir e a analisar seis meses da vida das Águas do Minho, mas como Presidente de Junta não vai ali falar sobre faturação, porque as águas não são apenas faturação, a água que está a ser fornecida a todos os munícipes através da faturação não é só água, é saneamento também. E, o balanço que o Senhor Presidente de Junta faz das Águas do Minho e das



Assembleia Municipal de Caminha

Águas de Portugal em conjunto, trata-se de um trabalho que não se vê nem o sentem, porque eles como Presidentes de Junta o sentem, quando há uma rutura da água ou do saneamento, e se torna necessário chamar-se um piquete e estes atenderem de imediato seja à hora que for, apesar de haver a colaboração da Câmara Municipal ou funcionários da Junta, basta ligar que os problemas são logo resolvidos; logo, todos devem ter em conta esses serviços que não passa apenas pelo preço da água, ou pela faturação que tem estado errada, mas, devem estar unidos para que esses erros sejam resolvidos. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que nestes seis meses sente-se satisfeito pelo acompanhamento da Câmara Municipal e das Águas de Portugal.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que sobre aquilo que se pede à Câmara Municipal, sobre o balanço inicial daquilo que é acionista. A Câmara Municipal quando decidiu agregar-se a outros seis municípios e à empresa pública, 100% pública, que melhor conhece e trata das questões da água em Portugal, não o fez de ânimo leve, fê-lo por várias razões, as razões substantivas são desde logo os desafios que hoje se tem ao nível da qualidade da água, garantir que algo que parece muito simples, mas é muito complexo que se trata de garantir que a água chegue a casa das pessoas, que as pessoas bebam água da torneira sem questionar essa qualidade, que o saneamento funcione e liberte esses resíduos de casa das pessoas para estações de tratamento, que se possa assegurar parte da receita que sustenta a recolha de resíduos sólidos, e também a possibilidade que se tem de fazer mais investimento, de se poder ter redes mais atuais, que o controlo de qualidade da água esteja garantida nos diversos locais, e haver um serviço com mais qualidade, mais prestável, que a qualquer momento do dia consiga resolver um conjunto de problemas. Tem que se estar preparado para aquilo que são as situações do dia a dia, porque cada vez é mais difícil se ter acesso à água, a água é o ouro dos nossos dias e será a platina do futuro, e isso já existe em metade do país, há dois ou três anos na região de Viseu não houve



Assembleia Municipal de Caminha

água durante dois meses, mas, se pensam que se está longe disso porque se tem os rios e se está no Minho verde, perguntem ao Senhor Presidente de Riba de Âncora, ao Presidente de Junta de Gondar e Orbacém e ao Presidente de Junta de Venda e Azevedo, perguntem se têm água a todo tempo, eles respondem que não tem e que é necessário muitas vezes, quase todos os Verões a Câmara pagar, alugar e transportar camiões cisternas de água para encher os depósitos nestas freguesias para que as pessoas tenham água em suas casas, e isso acontece aqui no Concelho de Caminha. O executivo tem que criar condições e não vale a pena dizer o seu contrario para aquelas pessoas que nos estão a seguir, e ainda há 10 minutos atrás o PSD, não quis ajudar a pagar uma dívida de seis milhões de euros às Águas do Norte, água que a Câmara não conseguiu pagar no mandato do PS e do PSD, não quis baixar os juros, a agora o PSD ao lado da CDU e do PCP, “faço minhas as suas palavras, a minha posição”, se fosse à CDU ficava incomodado, ia ler os manuais todos para perceber aonde estava enganado, na questão da água!.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A ADAM falhou rotundamente na questão da faturação;

A ADAM não percebeu que juntar sete sistemas, num só sistema não ia da certo;

A ADAM não teve a capacidade de nos meses anteriores ao início da atividade criar uma equipa que estivesse preparada para gerir mais de 100 mil clientes, com regras, com metodologias, com perfis tradicionais diferentes de cobrança de água, com promessas que existem em diversas freguesias de todo o Distrito, onde as populações tem promessas que não pagam a água toda, existem várias situações, e a verdade é que falhou redondamente.

Disse ainda o Senhor Presidente que os números que o nosso Concelho teve de faturação, alguns são tão ridículos, que toda a gente percebe que não tem nada a ver com tarifas, e a perceção pública que criaram com os erros infantis, transtornou aquilo que é um modelo agregador que resolve um conjunto de situações, agora, não pode falhar mais, na faturação de janeiro, falhou e ainda



Assembleia Municipal de Caminha

falhou na faturação de fevereiro, não teve capacidade para resolver os seus problemas, e isso minou a confiança das pessoas neste projeto, mas, o executivo não abandona este projeto porque não são seis meses da atividade que se está a falar, são duas faturas que se está a falar, porque se se estiver a debater a atividade ADAM do ponto de vista operacional, aquilo que é a perceção que tem obtido por parte dos Presidente de Junta e das pessoas é que aqueles serviços da ADAM aqui no Concelho é melhor do que a Câmara fazia nos últimos tempos, e não é por falta de vontade e capacidade dos funcionários da Câmara que iam a todas é que já não se conseguia mesmo resolver os problemas todos os dias, já não se estava a resolver problemas em muitas freguesias ao sábado e domingo, as equipas do município já não conseguiam resolver vários problemas, porque a rede já está tão obsoleta em certas zonas que já não se conseguia resolver por muita vontade que houvesse. Disse o Senhor Presidente que os sete Municípios que estão na ADAM do Alto Minho, compram às Águas do Norte em alta quase 14 milhões de metros cúbicos de água por ano, e vendem 8 milhões de metros cúbicos por ano, 5 milhões de metros cubico por ano perdem-se nas fugas, nas redes, logo, deve-se olhar para esta matéria, mas, também sabe daqueles que são contra a agregação, dizem que as Câmaras que resolvam esse problema, porém as Câmaras não estavam a resolver esse problema, não tem capacidade de investimento, não têm homens nem material, só com a agregação é que se pode resolver este problema. A Câmara de Caminha tem ali um acordo que resolve agora o valor de 6 milhões de euros a que se juntam todos os outros acordos que já se fizeram, pela água e saneamento que não se conseguia pagar, logo, tinha-se que resolver este problema, ou devia-se ir de dívida em dívida ano após ano até á derrota final, e sabem qual é a derrota final, é que se as Câmaras não entrassem nisto, sem a capacidade que não tem para investir na rede, ia dar em privatização, como acontece em muitos locais do país, existem muitas Câmaras no país que estão em sistemas privados de



Assembleia Municipal de Caminha

abastecimento de água e saneamento, logo, tinha-se que encontrar uma solução.

Disse ainda o Senhor Presidente, quanto às tarifas no Concelho de Caminha com a ADAM, não aumentaram consideravelmente, porque ninguém abaixo dos 15m³ paga mais de um euro na sua fatura, e se paga é porque existe um erro de faturação, porque a tarifa da água é essencialmente a mesma que já pagava em Caminha e Viana do Castelo, e se isto voltasse atrás a tarifa seria a mesma, porque, a tarifa tem que cobrir os custos da água, a Câmara não ganha dinheiro com a água, o dinheiro que vem da água é para se fazer investimentos na rede de água e saneamento, até se percebe que as pessoas digam que isto é um negócio da água, mas, isso não existe, o que existe é a capacidade que uns poderem ou não subsidiar a água de pagar parte da água as pessoas, e a Câmara de Caminha não tem capacidade para pagar essa água, como se tem vindo a verificar. O Município de Caminha tem cerca de 13 mil consumidores domésticos e cerca de mil consumidores não domésticos. No mês de janeiro, Caminha teve 371 faturas mal feitas, não esteve bem, mas, foi um número relativamente baixo para o primeiro mês de funcionamento, no entanto em fevereiro já foram 1774 mal feitas, estas faturas eram por tarifas fixas cobradas em excesso, ou por consumos calculados desde 2019, ou por consumos calculados a uma média superior àquilo que a Câmara de Caminha cobrava anteriormente através das projeções que fazia, o que quer dizer que em Caminha aconteceram 1774 faturas erradas, mas, no contexto do Distrito foram mais de 13 mil faturas, ou seja, as pessoas tem que se indignar como é natural. No entanto, as pessoas de sete Municípios recebem as faturas erradas e querem reclamar, azar, foi no período desta pandemia, março e abril, quando as loja estavam fechadas e o atendimento não estava preparado, contudo, deveria existir um serviço telefónico mais rápido, deveriam estar atender, as lojas deveriam estar abertas, mas, pergunta se deveriam obrigar os trabalhadores da ADAM muitos deles antigos trabalhadores da Câmara Municipal de Caminha e de outras Câmaras a estarem na receção das lojas,



Assembleia Municipal de Caminha

enquanto a maior parte de estava em casa protegida, tem dúvidas, mas, a empresa deveria ter mais cuidado de uma comunicação telefónica mais rápida e não deveria ter cometido outros erros, como números de telefone errados, moradas erradas, foram um conjunto de situações inacreditáveis que prejudicaram a imagem da ADAM.

Disse ainda o Senhor Presidente que sobre tarifas é certo que se está a pagar mais do que se pagava há dois anos atrás, no entanto, o consumo de 10m³ em media no conjunto dos Municípios da ADAM é de 22,49€, mas, por exemplo na Região de Aveiro, Ovar , Ílhavo, Estarreja o consumo médio é de 27,23€, nas Águas do Noroeste, que é Amarante, Trofa, Fafe, e etc, são de 32,52€, todos os movimentos que se tem visto no Centro do País até de Municípios que estão a sair das suas congregações, pré-COVID, têm todos tarifas mais altas do que as nossas, o Concelho tem esta tarifa mais alta, mas, é a mesma que tem Viana do Castelo, e é já aqui ao lado em Afife, e, até se percebe que as pessoas paguem mais e fiquem irritadas, mas, é o valor que custa a água a quem a vende. Também, é verdade que houve Municípios que não é o caso de Caminha ou Viana do Castelo, ficaram assustados com a reação das pessoas, e começaram a fazer contas e perguntaram se baixarem um 1.50€ a água e ao saneamento, se este esteve valor vai resolver o problema das tarifas elevadíssimas da água, e os munícipes que recebem uma fatura de água com menos 3€ vão dizer que esta é uma tarifa séria, e sabem quanto isto custa à ADAM por ano 2 milhões de euros, mas a ADAM não é etérea e quem vai pagar isso, são os municípios, somos todos nós. Disse ainda o Senhor Presidente que quem vai pagar ao pequeno comércio as tarifas sobre os meses de março, abril e maio, somos todos nós, e estes três meses só no comercio do Concelho custe 37.500€, logo, é menos esse valor para fazer obra, como caminhos novos, jardins mais cuidados, apoio às IPSS, ou seja, as pessoas não podem pensar que existe alguma coisa etérea, num sito qualquer quando a empresa é pública, e exigem que o dinheiro venha de outro sitio, mas, o dinheiro é de todos nós. Disse ainda, que o Município de Caminha no



Assembleia Municipal de Caminha

âmbito do Portugal 2020, neste quadro comunitário já conseguiu mobilizar um pouco mais de 5 milhões de euros para projetos de saneamento e rede de água, sendo que, 2 milhões de euros é essencialmente a obra que se fez em Âncora, em Argela e a obra que se está a fazer em Vilar de Mouros, mas, no contexto das Águas do Alto Minho já se mobilizou três milhões e cem mil euros para projetos, e já está adjudicada a obra de intervenção em Moledo, na zona de Águas de Enfroi e em Fêlo, já se tem o projeto para Âncora e de seguida iremos para Azevedo aonde é necessário dar água aos municípes. Mas, quando vem a CDU com uma proposta de recomendação para avaliar qual será o impacto de se sair das águas, se sair tem logo um primeiro impacto que três milhões e cem mil euros que se tem de investimento ficam logo perdidos, portanto, as obras que estão projetadas para Moledo, Âncora, Azevedo e no Castanheirinho ficam perdidas porque este dinheiro desaparece. E em segundo lugar, como o calcula do estudo de viabilidade desta empresa é feita com o contributo de Caminha, se Caminha decidir sair teria que se pagar uma indemnização a todos os municípios pelo valor que eles teriam que pagar a mais na tarifa que teriam que subir, porque, sem o contributo do terceiro Município com mais consumidores, que vende mais, tem a capacidade de ir mais longe na escala, todos os outros teriam que subir a tarifa, durante os próximos 30 anos teriam uma tarifa maior e era a Câmara de Caminha que tinha que pagar uma indemnização no valor da tarifa maior que esses municípios iriam cobrar aos seus municípes durante 30 anos. Mas, deve-se ser claro, porque nenhuma destas é a razão fundamental; a razão fundamental é que a Câmara de Caminha como todas associadas não tem a capacidade para hoje gerir a rede de águas que tem no seu território, para o modernizar, para acabar com perdas de água na ordem dos 50% que existe no Concelho, pergunta se ficam descansados se 50% da água que se compra em alta se perder, em fugas e etc., e respondem que a Câmara que resolva, mas, não existe capacidade para se resolver, e esta empresa nasceu para ter essa capacidade de resolver, não está tudo bem ,e não existe autarca que diga que



Assembleia Municipal de Caminha

esteja tudo bem com aquilo que estava a acontecer, porque quem está na primeira linha é o Presidente da Câmara, não é o Presidente da ADAM, e quando as pessoas protestam e dizem mal é do Presidente da Câmara, e alguém gosta de estar nesta posição? Foi uma medida eleitoralista para se ganhar votos? Não, existem pessoas que não vão votar no Partido Socialista nas próximas eleições por causa da questão da água, e porque fez isto? Porque, acredita nesta solução e porque é a melhor para as pessoas do Concelho de Caminha, e não é por causa do Presidente da Câmara que daqui a 5 ou 10 anos não haja água nas casas das pessoas do Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que ao longo dos últimos meses os Presidentes de Câmara foram achincalhados, algumas oposições achincalharam os Presidentes de Câmara, ou porque estavam nos órgãos de administração a ganhar balúrdios, ou porque venderam as águas aos privados e aqui em Caminha também os chamaram e para se ser claro não foi a CDU, foi insultado de tudo, com as mesmas frases, mas, certamente com autores diferentes, não tem absolutamente duvida sobre isso, mas, que acabaram por pintar em fachadas de lojas em Caminha, e por acaso, não se ouviu ali condenação desse vandalismo, nem nenhuma condenação de todos os insultos de que são alvo relativamente a situações que não são verdade, e se por acaso este Município decidisse sair desta parceria pública, não se perderia apenas o dinheiro de investimento, voltava-se ao inicio, não mudavam as tarifas que seriam as mesmas ou mais altas e em 5 anos a água do Concelho de Caminha era privatizada porque não havia outra saída, mas, é isso que se está a evitar, e para isso é preciso fazer-se caminho, que será resolver-se o problema da faturação, do funcionamento. Para terminar, disse o Senhor Presidente que o Concelho de Caminha com esta empresa já teve 527 ações no terreno nas diversas freguesias, tem mais cem clientes, tem duas lojas, a equipa ainda não tem carros nem fardas próprias ainda se está em progresso, e existe um conjunto de pessoas que lá trabalham que são antigos funcionários das Câmara Municipais e dos serviços municipalizados. No entanto, todos



Assembleia Municipal de Caminha

querem que as coisas funcionem bem, e a próxima fatura será a fatura do mês de março e nestes próximos dias irão chegar a casa de todos, e porque estão a demorar, porque as faturas estavam cheias de erros, e para melhorar esses erros foi necessário criar um sistema praticamente novo e fazer-se quase fatura a fatura, analisando históricos e o que se vai pagar no mês de junho é o consumo de março, em julho o consumo de abril e em agosto o consumo de maio e assim sucessivamente. Mas, existe uma coisa que não vai acontecer, e esse firme propósito e intensão da ADAM, ninguém pagará água que não tenha consumido, tudo aquilo que for detetado como erro de consumo e de cobrança será devolvido, e será assim que se tem que continuar a trabalhar, vai-se avaliar a empresa por duas faturas, pode-se avaliar a sua performance de faturação horrível, a sua performance de comunicação sofrível, a sua capacidade de aparecer com fardamento com uma imagem, com novo pessoal, ainda está a trabalhar com muitos funcionários das Câmara Municipais que estão ao serviço da empresa, e isto, serve para fazer este balanço de uma forma séria e equilibrada, com toda a franqueza não parece que seja suficiente. Disse o Senhor Presidente que daqui a uma semana irão ter novas faturas, mas, se correr mal, tudo que ali acabou de dizer irá ser gozado nas redes sociais, será motivo para haver mais uma Assembleia para se tratar deste assunto, e não saberá aonde enfiar a cabeça, mas, na sua cabeça que não saberá aonde enfiar com a vergonha de não se ter resolvido a questão da faturação, existe uma coisa muito clara, este modelo pode não ser perfeito, mas, é o modelo mais equilibrado, mais capaz de resolver o problema de abastecimento de água e saneamento do Concelho de Caminha, aquele que permite ter uma tarifa mais sustentável, que permite garantir que se vai ter mais redes de saneamento no Concelho, que garante que a qualidade da água está assegurada, que garante que vai haver uma maior capacidade de se ocorrer as ruturas e avarias, que garante que se possa fazer mais investimento no futuro através desta empresa nos próximos 30 anos. A ideia é de poder mobilizar 271 milhões de euros para o conjunto dos sete municípios, e como todos sabem o



(Handwritten signatures in blue ink)

Assembleia Municipal de Caminha

próximo quadro comunitário vai apostar nesta área, por isso, Senhores Deputados, não sabe se irão votar a recomendação, mas, se votarem a recomendação ela não pode ser outra, e dizer ao executivo que como acionista resolva, ou imponha a resolução dos problemas da faturação de uma vez, porque as outras matérias estão resolvidas, ou estão no caminho de resolução, e é disso que se trata quando se debate a questão das águas, é de criar um sistema sustentável, que sirva todos os munícipes e que se possa resolver os problemas de saneamento e que se deixe de andar com os camiões dos bombeiros de Vila Praia de Âncora ou e Caminha a colocar água nos depósitos todos os dias de Verão para que as pessoas possam ter em sua casa água para tomar banho ou para fazer a sua comida.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa dois minutos para poder auscultar os membros da Comissão Permanente que ali estão presentes.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que concedia os dois minutos.

O **Representante das Freguesias e Uniões de Freguesia, Miguel Gonçalves**, recusou participar na auscultação solicitada.

A **Senhora Deputada Marina Gonçalves**, fez uma interpelação à mesa, e disse que era só para confirmar com a mesa tendo em conta que as recomendações fazem parte do período antes da ordem do dia, de acordo com o art.º 17, do regimento, saber o que ali se está a deliberar tendo em conta que não foi apresentada nenhuma recomendação para ser votada, e também não foi deliberada nenhuma alteração da ordem do dia, está-se num ponto não deliberativo, portanto, não sabe que tipo de alteração se pode fazer na ordem do dia, tendo em conta que não houve nada deliberado, nem nenhuma recomendação apresentada antes da ordem do dia.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que na sua interpretação era apenas uma sessão de esclarecimento.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a recomendação se mantém, e é para que a Câmara faça esse estudo e tanto parece que a Câmara já tem o estudo feito não veem relevância nenhuma em retirar a recomendação.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse ao Senhor Deputado que as recomendações são no período antes da ordem do dia, e está claro no regimento.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o Senhor Presidente é que gere a reunião. Há pouco aceitou a recomendação, agora não a aceita. A CDU aceita as suas decisões.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um voto de protesto, pela condução dos trabalhos, sobretudo pela linguagem usada pela mesa desta Assembleia na acusação e na ofensa pessoal que lhe foi feita.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H40M, do dia 27 de junho de 2020, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

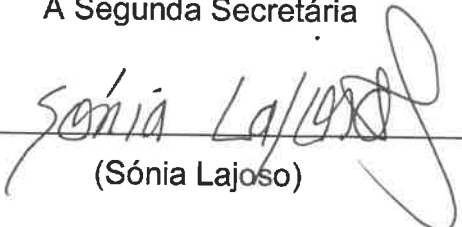
O Primeiro Secretário



Assembleia Municipal de Caminha

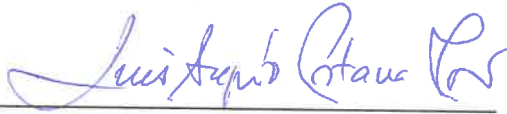
(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

O Presidente



(Luís Augusto Pestana Mourão)